FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

LORENA TORRES DE LEMOS
MARCIELE VIEIRA RIBEIRO

AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DEVIDO DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES

VITÓRIA
2012

LORENA TORRES DE LEMOS
MARCIELE VIEIRA RIBEIRO

AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DEVIDO DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profª Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira

VITÓRIA

2012

LORENA TORRES DE LEMOS
MARCIELE VIEIRA RIBEIRO

AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DEVIDO DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 06 de dezembro de 2012, por:

_____
Profª. Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira
(Orientadora)

_____
Profª. Ms. Camila Taquetti
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo
(Examinadora)

_____
Bruna de Andrade Martins
Assistente Social
Coordenadora da Central de Cadastro Único e Programa Bolsa Família do Município de Cariacica/ES
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Com muito amor a Deus, aos nossos pais, e a todas as vítimas da fome, fruto do sistema capitalista.

(Lorena e Marciele).

AGRADECIMENTOS

Ao grande **DEUS** que nunca me desamparou e que quando eu percebia que estava cansada e que as coisas não estavam fáceis ele me confortava e iluminava os meus pensamentos.

Aos meus pais, **Carlos Sérgio** e **Shirley,** que são minha vida que me deram muito apoio, que fizeram e fazem de tudo para que eu seja quem eu sou hoje, quero sempre me espelhar em vocês.

Meu namorado **Marlon** que sempre foi compreensível, que entendeu muitas das vezes que eu necessitei me ausentar, que me acompanhou durante toda essa caminhada.

A todos da minha **família** materna quando da paterna que sempre acreditaram, torceram por mim e me ajudaram no que foi preciso.

Aos meus **amigos** de infância que infelizmente estou um pouco distante devido à graduação, mas, são muito especiais e carrego todos os dias em meu coração.

Também as minhas colegas e amigas formadas na academia que irei levá-las para sempre em minha vida. Em especial um agradecimento as minhas amigas de risadas, de segredos, de um simples bom dia, de compreensão e que transmitiram momentos de descontração naquela tensão, sendo essas: **Aline, Bruna, Janini, Leda , Marciele e Sarize.**

Aos profissionais do **Instituto Federal do Espírito Santo campus Serra**, que me proporcionaram um primeiro olhar da minha real profissão, que me acolheram e me deram ensinamentos. Aos profissionais do **Centro de Referencia de Assistência Social de Serra Dourada,** aos técnicos que me ensinaram como ser uma Assistente Social na prática, a toda equipe que sempre foi amiga, divertida e que realiza um trabalho com união e com amor. Tanto a equipe de quando eu entrei como aquela em que eu estou saindo, tenho um grande prazer em ter feito parte dessa equipe.

Em especial as minhas supervisoras de estágio **Cibelle, Mira, Silvia e Andréia** muito obrigado por me passarem da melhor forma tudo que vocês sabem, por terem

confiado no meu potencial, por ter permitido que eu me sentisse reconhecida. Levo vocês não só como minhas supervisoras, mas como minhas grandes amigas, lembrando também da Psicóloga e minha amiga **Libna** que conheci no CRAS e que gosto de coração.

Agradeço também ao CRAS de Serra Dourada e a Central de Cadastro Único de Cariacica por permitirem que coleta de dados para a realização desta pesquisa tenha sido realizada dentro de seus espaços.

Aos **mestres e professores** que me ensinaram e me tornaram a profissional que eu sou hoje, obrigado por esses quatro anos de dedicação, em especial: **Camila Taquetti, Jaqueline Silva, Renato Andrade e Silvia Trugilho.**

A minha grande amiga e parceira desta pesquisa **Marciele**, não tínhamos ideia da amizade iria vir a se formar através de um trabalho tão ríspido. Obrigado minha amiga por ter tido paciência comigo nos meus momentos de “stress”, por ter construído essa união, por ter sido essa pessoa alegre, extrovertida e companheira. Fico muito feliz em dizer que eu tive uma parceira de TCC que realmente se dedicou e trabalhou comigo.

A minha orientadora Profª Ms. **Alaísa** de Oliveira Siqueira que com muita paciência e atenção, dedicou do seu valioso tempo para nos auxiliar em cada passo deste trabalho.

Aos usuários que colaboraram efetivamente para que este trabalho se tornasse possível, vocês são as peças chave deste processo.

Agradeço também a **Prof. Ms. Camila Taquetti** e pela Assistente Social **Bruna de Andrade Martins** por terem aceitado compor a banca examinadora deste trabalho, enriquecendo-o com seus conhecimentos.

Obrigado por todos, aos que não foram descritos acima, mas que lutam diariamente ao meu lado, transmitindo fé, amor, alegria, determinação, paciência, coragem e que tornam os meus dias mais felizes e bonitos.

LORENA TORRES DE LEMOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de cursar o ensino superior, por me dar sabedoria e perseverança na busca pelo saber mesmo nos momentos mais difíceis, e pela linda profissão que agora devo honrar.

Agradeço aos meus pais Nilda e Jacy e ao meu irmão Marciel, pelo apoio e confiança, afinal foram quatro anos sem ter vocês comigo todos os dias, essa vitória é para vocês meus grandes amores.

Ao meu amor Chesley, por estar sempre comigo me apoiando nos momentos em que achei que não dava mais, obrigada por não ter me deixado desistir nunca, você é muito especial para mim.

Ao afeto das minhas famílias, Ribeiro e Vieira (tios, madrinhas, primas e primos) e as famílias Wendler e Lemos que me adotaram e me aturaram durante esse tempo vocês são demais, as irmãs Prando minhas colegas da república, pela amizade e companheirismo.

A minha parceira de TCC Lorena Torres de Lemos, obrigada pela amizade que construímos, pelos momentos em que fomos escritoras e verdadeiras estudiosas, pela cumplicidade, paciência, pelo esforço de começar e recomeçar, pela compreensão, pelas gargalhadas e várias histórias e momentos engraçados que vamos guardar sempre, obrigada por fazer parte e dividir comigo a concretização desse nosso sonho profissional, vou sentir falta da nossa convivência diária, nossa parceria deu certo e construiu laços eternos que tenho certeza que não vão parar por aqui, você é dez caçulinha da turma!

Agradeço ao carinho e estímulo de todas as minhas amigas e amigos de velhos e poucos anos, a todos colegas de sala que com certeza serão excelentes profissionais, a quem aprendi a amar cada um com seu jeito e esquisitice, em especial a Bruna, Aline, Sarize, Leda e Janini vocês souberam me aturar direitinho durante esses 4 anos !!!

Grata a todos profissionais que me supervisionaram durante o período de estágio ou contribuíram de alguma forma para a evolução da minha práxis profissional, de cada um de vocês levo o que há de mais especial, o profissionalismo, o compromisso ético e o entusiasmo na busca por uma sociedade mais justa, em especial as supervisoras Juliane Mateddi, Elielma Griggio, Tabita Gonçalves,Bruna Martins, Marilúcia Mattos, Denise Lemos e Gabriela Corrêa, obrigada pelas trocas de saberes, pela compreensão dos erros de quando ainda estava começando a caminhar.

Aos usuários atendidos por mim, pelo respeito enquanto ainda era estagiária. Aos usuários, funcionários e profissionais dos Campos de Pesquisa que contribuíram pela concretização deste trabalho, muito obrigada!

Agradeço a todos professores da faculdade Salesiana que desempenharam com dedicação as aulas ministradas e foram fundamentais para o meu aprendizado, um abraço aos professores, Renato Andrade, Silvia Trugilho, Camila Taquetti, Jaqueline Silva e especialmente a Professora e Mestra Alaiza de Oliveira Siqueira pelo estímulo intelectual e pela confiança depositada na nossa capacidade de levar adiante este trabalho. Quero deixar registrada a vocês minha admiração tanto pelo acúmulo teórico e rigor intelectual, como pela postura humana frente aos seus ideais.

Aos convidados da banca, por dedicar parte do precioso tempo a leitura e análise do conteúdo exposto neste trabalho. Enfim, meu muito obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, contribuíram para a conclusão desta importante vitória.

MARCIELE VIEIRA RIBEIRO

"Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”.

Che Guevara

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um trabalho de conclusão de curso, requisito para obtenção de titulo em bacharel de Serviço Social. Possui enquanto **objetivo geral**: Analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias em situação de bloqueio do Programa Bolsa Família (PBF). Dentre os **objetivos específicos** estão: Discutir e analisar as principais situações que ocasionam o bloqueio do PBF dos municípios de Cariacica e Serra, dos usuários dos serviços da Central de Cadastro Único (CadÚnico) e do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada; identificar como as famílias se organizam para garantir a obtenção de renda durante o período de bloqueio do PBF. **Metodologia:** Quanto a sua finalidade, se classificou como uma pesquisa descritiva e qualitativa, pois esta nos permitiu uma melhor compreensão a cerca do tema abordado. Em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, foram os usuários dos serviços de ambas instituições que encontravam-se com o beneficio retido por descumprimento de condicionalidades do PBF. A coleta de dados com os sujeitos participantes foi realizada por meio de entrevista do tipo semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas, seguindo um roteiro previamente elaborado. O período da coleta de dados foi no mês de setembro do ano de 2012, mês em que ocorreu a repercussão dos benefícios. Para o tratamento dos dados obtidos, foi adotada a análise qualitativa que contempla três passos: Redução, categorização e interpretação dos dados.**Resultados:** Através da análise das entrevistas obtivemos como resultados, que as famílias possuem como estratégias de manutenção no período do bloqueio do PBF o trabalho informal e o empréstimo de dinheiro com terceiros.

Palavras Chaves: Bolsa Família, condicionalidades, pobreza, CRAS, CadÚnico.

ABSTRACT

This research is a work of completion, a prerequisite for obtaining title in Bachelor of Social Work. It has as main **objective:** To analyze the coping strategies used by families in blocking the Bolsa Família Program. Among the **specific objectives** are: Discuss and analyze key situations that cause blockage of the BFP and the municipalities of Cariacica Serra, the service users' Center Unified Register (CadÚnico) and the Centre for Reference and Social Assistance (CRAS) Sierra Gold; identify how families organize themselves to ensure the achievement of income during the BFP block. **Methodology:** For the purpose, qualified as a descriptive and qualitative, as this allowed us a better understanding about the theme. Regarding the subject of the research participants were service users of both institutions were retained with the benefit of noncompliance by conditionalities were interviewed PBF. Data collection with the participating subjects was conducted through interviews of semi-structured, with open and closed questions, following a previously elaborated. The period of data collection was in September of 2012, the month in which occurred the transmission of benefits. For the treatment of the data, we adopted the qualitative analysis that involves three steps: reduction, categorization and interpretation details. **Results:** Through the analysis of interviews obtained as a result that families have as maintenance strategies during the blockade of PBF informal work and lending money to third parties.

Key Words: Bolsa Familia, conditionalities, poverty, CRAS, CadÚnico.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos usuários atendidos por gênero no CRAS de Serra Dourada.....72
Gráfico 2 - Faixa etária dos usuários atendidos no CRAS de Serra Dourada.....73
Gráfico 3 – Distribuição dos usuários atendidos por procedência no CRAS de Serra Dourada.....74
Gráfico 4 – Idade dos entrevistados.....83
Gráfico 5 - Situação Empregatícia.....84
Gráfico 6 - Renda Familiar.....86
Gráfico 7 - Tempo de Permanência no Programa.....87
Gráfico 8 - Consciência sobre o motivo de bloqueio do benefício 89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cariacica e bairros, e municípios vizinhos 78

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Valores que as Famílias com renda per capita familiar mensal de até R$ 70,00 reais (setenta reais) podem receber 54

Quadro 2 – Valores que as famílias com renda per capita familiar mensal de R$ 70 (setenta reais) a R$ 140 (cento e quarenta reais) podem receber 55

Quadro 3 – Calendário de 2012 de pagamento do PBF 56

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Território de abrangência do CRAS de Serra Dourada 67

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSP -Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância

BVCE – Benefício Variável de Caráter Extraordinário

BVJ – Benefício Variável Jovem

CADBES - Cadastro do Bolsa Escola

CadÚnico – Cadastro Único

CEF – Caixa Econômica Federal

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CF - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COFAVI - Companhia de Ferro e Aço de Vitória

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DF – Distrito Federal

DST's - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ES - Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MP - Medida Provisória

NIS - Número de identificação Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS

PAIF - Programa de Atenção Integral a Família

PBC - Projeto Bolsa Capixaba

PBF- Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRFM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB - Produto Interno Bruto

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

RF – Responsável Familiar

RMV - Renda Mensal Vitalícia

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SEPROM - Secretaria de Promoção Social

SICON - Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

SIBEC - Sistema de Gestão de Benefícios SIBEC

SP – São Paulo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....19

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....23

3 POLÍTICA SOCIAL, OS PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONFIGURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....27

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL E OS PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONFIGURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....27

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....28

4 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E O BOLSA FAMILIA…….....39

4.1 BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....39

4.2 JUSTIFICATIVAS PARA UNIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE TRANSFERENCIA DE RENDA.....46

4.3 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....48

4.3.1 Critérios de Inclusão e Valores do Beneficio.....51

4.3.2 Condicionalidades do PBF.....58

4.3.3 O Cadastro Único Para Programa Sociais do Governo Federal.....59

4.3.4 Programas Complementares.....61

5 CONTEXTUALIZANDO OS CAMPOS DE PESQUISA.....65

5.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SERRA (ES).....65

5.2 CAMPO DE PESQUISA E PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS DE SERRA DOURADA – SERRA (ES).....66

5.3 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA.....75

5.4 CAMPO DE PESQUISA: CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) DE CARIACICA.....78

6 ANALISANDO AS ESTRÁTEGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS DURANTE O PERIODO DE BLOQUEIO DO BOLSA FAMILIA 82

6.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DAS FAMÍLIAS DOS USUÁRIOS ENTREVISTADOS NOS MUNÍCIPIOS DE SERRA E CARIACICA.....82

6.2 O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PBF E O CONHECIMENTO SOBRE AS CONDICIONALIDADES.....87

6.3 O PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE BLOQUEIO DO BENEFÍCIO.....90

6.4 ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO APRESENTADAS PELAS FAMÍLIAS NO PERÍODO DE BLOQUEIO DO BOLSA FAMÍLIA.....92

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....96

REFERÊNCIA.....99

APÊNDICE.....104

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS.....105

APÊNDICE B – PARECER DO CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP) DA FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO.....106

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE CRAS DE SERRA DOURADA.....108

APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DE CARIACICA.....109

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....120

ANEXO.....113

ANEXO A – FORMULÁRIO PRINCIPAL DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAS.....114

1 INTRODUÇÃO

Constituiu-se como foco deste estudo o Programa Bolsa Família (PBF), os valores do benefício, critérios de inclusão, condicionalidades do programa, dentre outros.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)[1] possui enquanto objetivo geral identificar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias em situação de bloqueio do PBF. Dentre os objetivos específicos estão: discutir e analisar as principais situações que ocasionam o bloqueio do PBF dos municípios de Cariacica e Serra, dos usuários dos serviços da Central de Cadastro Único de Cariacica e do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada e identificar como as famílias se organizam para garantir a obtenção de renda durante o período de bloqueio do PBF.

A revisão de literatura abarcou a política social, os períodos históricos da configuração da assistência social no Brasil e a política de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988; e o Programa Bolsa Família (PBF). Foi realizada por meio de busca de informações teóricas em autores tais como: Andrade (2011); Cunha (2001, 2009); Behring (2007), Garcia (2003); Höfling (2001), Silva (2004), Sposati (2005), Pereira (2008), Yasbek (2003 e 2004), que possuem um debate teórico, histórico e atual acerca do objeto de pesquisa.

Foram tomadas como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e demais legislações vigentes, bem como o processo de efetivação e gestão do PBF, com discussão entre os municípios de Cariacica na Central de Cadastro

[1] De acordo com o Guia de Normalização de Trabalhos acadêmicos e pesquisa da faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (2012), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um tipo de trabalho exigido como requisito obrigatório para a conclusão de cursos de graduação. O grau de profundidade do TCC pode ser menor que o da monografia dos cursos de pós-graduação lato sensu. O TCC é um importante instrumento acadêmico para auxiliar o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, escrita, argumentação, sistematização e de aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. A elaboração deste tipo de trabalho exige o conhecimento e a aplicação das normas técnicas de elaboração de trabalhos científicos.

Único para Programas Sociais (CadÚnico) e no município da Serra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada, locais que se classificam como campo de pesquisa e onde foram realizadas as coletas de dados com os usuários desses serviços em ambos municípios.

O percurso metodológico dessa pesquisa a priori se deu por meio de elaboração de um projeto de pesquisa inicial, que foi reescrito depois, para apresentação e aprovação dos campos de pesquisa e do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

A pretensão em realizar esta pesquisa, foi de estimular os gestores de ambos os municípios a elaborar novos meios de instigar as famílias a evitar que ocorresse descumprimento de condicionalidade, motivo que ocasiona o bloqueio do PBF, além disso, buscar novas estratégias para que as famílias em situação de bloqueio pudessem se manter durante esse período. O interesse pela realização desta pesquisa teve por referência as vivências obtidas pelas pesquisadoras nos campos de estágio.

Pelo fato do Bolsa família ser um dos maiores programas de transferência de renda[2] do Brasil, com abrangência de mais de 13 milhões de famílias[3] em todo território nacional, consideramos que foi relevante realizar o estudo acerca deste tema, pois este propiciou as instituições Central de Cadastro Único no município de Cariacica e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada, conhecer mais a fundo o perfil dos usuários atendidos nessas instituições e os profissionais que se encontram nesses locais poderão intervir de uma forma melhor, pois irão conhecer e ter informações mais precisas sobre os aspectos socioeconômicos destes usuários.

---

[2] Segundo Santana (2007, p.3), "[...] Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combate a pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes [...]".

[3] Informação retirada do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 10 abr. de 2012.

Com a realização deste estudo foi possível adquirir conhecimentos teóricos científicos e identificar como as famílias se organizam para garantir a obtenção de renda durante o período de bloqueio. Foi realizada uma breve discussão e análise das principais situações que ocasionaram o bloqueio do Programa Bolsa Família nos municípios de Cariacica e Serra, dos usuários dos serviços da Central de Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada.

Para a realização da investigação científica a partir da qual se materializou o estudo, foi desempenhada uma pesquisa de abordagem qualitativa, quanto a sua finalidade, foi classificada como uma pesquisa exploratória.

Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas em cada campo de pesquisa. Para a coleta de dados foi aplicada uma entrevista do tipo semi-estruturada com os sujeitos participantes da pesquisa. Tomamos como dimensão temporal da coleta de dados o mês de setembro de 2012. Consideramos que esse método de coleta de dados, pôde resultar na obtenção dos objetivos do estudo apresentando os resultados necessários para responder nosso problema de pesquisa.

O presente TCC foi estruturado por uma introdução, procedimentos metodológicos seguido de quatro capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, a partir da revisão bibliográfica, abordamos uma discussão sobre a política social, os períodos históricos da configuração da assistência social no Brasil e a política de assistência social a partir da constituição federal de 1988.

No segundo capítulo, foi apresentado um breve histórico de como surgiram os programas de transferência de renda no Brasil com ênfase no PBF, explicitamos o Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico), destacando os critérios de seleção e de inclusão no PBF, suas condicionalidades, e valores do benefício.

No terceiro capítulo, foi abordado um breve perfil dos municípios de Serra (ES) e Cariacica (ES), evidenciando as características específicas do CRAS de Serra

Dourada e da Central de Cadastro Único caracterizando, os perfis dos usuários atendidos nestas instituições, locais onde foram realizadas as coletas de dados.

No quarto e último capítulo, apresentamos os dados e resultados obtidos na coleta de dados realizada com os beneficiários do PBF dos municípios citados acima, constatamos neste capitulo as estratégias de manutenção das famílias no período de bloqueio do PBF e possíveis intervenções que os municípios podem realizar a cerca deste motivo.

Por fim, apresentamos as considerações finais resultantes das observações, reflexões e estudos, expressando nossas opiniões em relação às possibilidades e os limites do PBF e indicamos opções de trabalhos que podem dar continuidade a esta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, quanto a sua finalidade, se classificou como uma pesquisa descritiva, tendo em vista o maior conhecimento a respeito das estratégias mantidas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em condição de suspensão do benefício, identificamos os meios usados por elas para sobrevivência.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Habitualmente quem realiza este tipo de pesquisa são os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2002).

Para aprofundarmos os conhecimentos a respeito das estratégias de manutenção das famílias no período de bloqueio do PBF, foi utilizada a pesquisa qualitativa, pois esta nos permitiu uma melhor compreensão a cerca do tema pesquisado.

A pesquisa qualitativa proporcionou um contato mais direto com os sujeitos da pesquisa, ampliando nosso conhecimento sobre os objetivos propostos por esse trabalho. Segundo Martinelli (1999, p.26) “[...] uma consideração importante é que a pesquisa qualitativa é participante, nós também somos sujeitos da pesquisa [...]”.

Considerando o descrito acima, em relação ao método, cabe aqui afirmar que o presente estudo se constituiu em uma pesquisa qualitativa e descritiva.

A coleta de dados com os sujeitos participantes foi realizada por meio de uma entrevista do tipo semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas, seguindo um roteiro previamente elaborado (APÊNDICE A), foi através dessa entrevista semi-estruturada que verificamos as estratégias de manutenção das famílias no momento do bloqueio do beneficio.

A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou no diagnóstico ou tratamento de um problema social. Esta técnica de pesquisa pode ser utilizada com todos os segmentos da população, o entrevistado não precisa saber ler ou escrever, ao contrário do questionário onde é necessário que o entrevistado seja alfabetizado. A entrevista ainda possibilita que sejam utilizadas tanto as abordagens quantitativas submetidas ao tratamento estatístico, quanto às abordagens qualitativas que são referência nesse tipo de abordagem (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 80-81), neste caso foi utilizada a pesquisa qualitativa.

Vale destacar que a coleta de dados só foi iniciada após a aprovação do Comitê de ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (APÊNDICE B).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada e a Central de Cadastro Único para programas sociais do município de Cariacica foram os campos de pesquisa e onde ocorreram às entrevistas, sendo estes espaços destinados ao atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) conforme território de abrangência, com isso foi assegurado privacidade e confidencialidade aos sujeitos.

A escolha dos campos de pesquisa se deu pelo fato das pesquisadoras estarem inseridas como acadêmicas de Serviço Social nas instituições, o que facilitou o acesso aos usuários com o perfil que se busca nessa pesquisa e a coleta dos dados necessários.

Essas instituições também assinaram uma declaração (APÊNDICES C e D) onde afirmaram estar de acordo para que as pesquisadoras utilizassem esses espaços para a coleta de dados.

Em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, foram realizadas 5 (cinco) entrevistas em cada campo de pesquisa com os usuários dos serviços de ambas as instituições, que são beneficiários do PBF e que residem nos territórios de

abrangência dessas instituições. O acesso a estes sujeitos foi através de atendimentos por demanda espontânea, realizados nas instituições mencionadas.

O período da coleta de dados foi no mês de setembro do ano de 2012, mês em que ocorreu a repercussão dos benefícios[4], os períodos que impactam nessa repercussão são os meses de junho e julho de 2012.

As entrevistas ocorreram nos dias em que os participantes estiveram nas instituições para solucionar demandas referentes ao descumprimento de condicionalidades, com isso foi evitado o gasto dos usuários com transporte, e também foi impedido que se deslocassem de suas casas especialmente para a participação na pesquisa.

Estes foram convidados a participar da pesquisa, e ela foi realizada com aqueles que concordaram em participar, sendo assim foi entregue aos participantes um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE E) para que os mesmos autorizassem o uso dos dados.

No roteiro da entrevista foi utilizada uma linguagem simples e objetiva, devido o baixo nível de escolaridade dos sujeitos, com isso facilitou a compreensão dos mesmos. Todavia, no tratamento dos dados foi utilizada uma linguagem técnica.

Para o tratamento dos dados obtidos, foi adotada a análise qualitativa descrita por Gil (2002, p. 134). Segundo o autor, a análise qualitativa dos dados contempla três passos: redução, categorização e interpretação dos dados.

> Redução dos dados: Consiste em processo de seleção, simplificação, abstração, e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo. Para que essa tarefa seja desenvolvida a contento, é necessário ter objetivos claros, até mesmo porque estes podem ter sido alterados ao longo do estudo de campo. Quando os objetivos não estão claros, o que costuma ocorrer é o acúmulo de grande quantidade de dados e consequentemente dificuldade para selecionar os que possam ser significativos para a pesquisa.

[4] Segundo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Programa Bolsa Família gestão de condicionalidades (s.d). Repercussão é o efeito no benefício da família em decorrência do descumprimento da condicionalidade de saúde, educação ou assistência social. Esse efeito pode ser advertência, bloqueio, suspensão ou o cancelamento do benefício. A repercussão no benefício das famílias ocorre nos meses ímpares: JAN, MAR, MAI, JUL, SET, NOV.

> Categorização dos dados: Consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa [...].
>
> Interpretação dos dados: [...] é necessário que o pesquisador ultrapasse a mera descrição, buscando acrescentar algo ao questionamento existente sobre o assunto. Para tanto, ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito. Isso irá exigir constantes retomadas às anotações de campo e ao campo e à literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais.

Para efeito de tratamento de dados neste estudo, conforme o descrito acima foi procedido da seguinte maneira:

A redução de dados foi realizada a partir do material transcrito das entrevistas, de onde foram extraídos os dados necessários para análise.

Em seguida, foi realizado o agrupamento das unidades semelhantes, compondo nossas categorias de análise.

Por fim, apresentamos descritivamente cada categoria interpretando-as à luz do referencial teórico adotado.

No momento da apresentação das falas dos usuários neste estudo eles foram apresentados por nome de pássaros para com isso manter o sigilo e segurança dos entrevistados.

O presente estudo encontra-se em consonância com os aspectos éticos inerentes à pesquisa com seres humanos, estabelecidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. As informações coletadas serão mantidas com privacidade na coleta, assegurando a proteção e a identidade dos participantes da pesquisa.

A escolha por essas abordagens metodológicas foram fundamentais para esse tipo de pesquisa, uma vez que foi realizada através da realidade vivências pelos beneficiários do PBF que se encontram com o benefício retido. Esse tipos de abordagens nos proporcionou ir além de descrever um objeto, mas também identificar diferentes experiências sociais.

3 POLÍTICA SOCIAL, OS PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONFIGURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Neste capítulo, discorremos superficialmente sobre a origem da Política Social, citando os períodos históricos que a Assistência Social se configurou no Brasil, com aprofundamento na trajetória da Política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. A escolha e discussão a partir deste período se faz importante visto que o tema a ser trabalhado nos capítulos seguintes se efetiva na realidade presente, e se configura na atual conjuntura das principais políticas sociais públicas geridas no Brasil até este momento, não obtendo a exigência em buscar fazer um resgate histórico desta política.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL E OS PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONFIGURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As políticas sociais têm sua origem relacionada ao desenvolvimento da primeira revolução industrial, no século XIX, quando o Estado se organizava para responder às demandas sociais produzidas pelo sistema capitalista. O acesso aos direitos básicos era restrito, e nem todas as pessoas tinham acesso, desde então a sociedade considerada como classe trabalhadora passa a lutar para universalizá-los.

Neste sentido, a política social se dá como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social[5]. O Estado passa a ser implementador de políticas sociais baseadas nos princípios sociais universais, igualitários e solidários, tais princípios inspirados pelo chamado Estado de bem estar social, onde estão incluídos os direitos a educação, assistência médica gratuita, auxílio no desemprego, garantia de uma renda mínima dentre outros (SILVA, 2004).

[5] A questão social é aqui considerada como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos engendrados pela sociedade capitalista historicamente resultante da constituição do operariado. Vincula-se, pois, visceralmente à relação capital – trabalho. Aparece no Brasil como questão concreta e reconhecida legitimamente na década de 30 (Filho, apud Sposati, 2003, p. 27).

Segundo Höfling (2001, p. 31):

> As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Historicamente, a assistência social se configurou no Brasil de maneira marginal aos direitos sociais, ligada a atividade voluntarista carregada por uma forte carga moralista de patrimonialismo, clientelismo e das diversas expressões da cultura do favor (RAICHELIS apud ANDRADE, 2011, p. 25).

Pereira (2008, p.127), complementa que as políticas de satisfação de necessidades básicas, foram divididas em cinco períodos históricos de acordo com o perfil de regulação política, econômica e social prevalecente:

> 1. período anterior a 1930: política social do laissez-faire;
>
> 2. de 1930-1964: política social predominantemente populista, com laivos desenvolvimentistas;
>
> 3. de 1964-1985: política social do regime tecnocrático-militar, incluindo a fase da abertura política;
>
> 4. de 1985-1990: política social do período de transição para democracia liberal;
>
> 5. a partir dos anos 1990: política social neoliberal.

Antes de 1988, os direitos eram sempre ligados e vinculados à ordem econômica e social ligados aos direitos trabalhistas e previdenciários pouco se pensava em assistência como política pública e dever do Estado.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

No Brasil, somente na década de 80, a partir das lutas sociais, especialmente dos movimentos sociais organizados, que culminou na Constituição Federal de 1988, foi instituído o modelo da Seguridade Social, passando a compor um tripé: Assistência

Social garantida no art. 203 e 204, Previdência art. 201 e Saúde art. 196, estes passam a serem reconhecidos como direito social, [...] rompendo a visão de favoritismo e caridade, delegando ao Estado a responsabilidade de propor políticas públicas que assegurassem os direitos voltados a Seguridade Social (NETO; TEIXEIRA, 2011, p.24).

A Política Social no Brasil é instituída como direito a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 que em seu primeiro capítulo art. 5º assegura que:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Os Artigos 203 e 204 desta constituição definem a assistência social:

> Art.203 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
>
> I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
> II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
> III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
> IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
>
> Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
> I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
> II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O artigo 203 da Constituição Federal de 1988 foi regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu artigo 1º como política de Seguridade Social, sendo direito do cidadão e dever do Estado prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, garantindo assim as necessidades básicas a quem dela necessitar, independentemente de contribuição.

A apresentação dos motivos que levaram a inclusão da assistência social na Constituição rompe com o conceito de população beneficiária como marginal ou carente o que seria vitimizá-la, pois as necessidades desta população resultam da estrutura social e não do caráter pessoal (SPOSATI, 2005, p.42).

Quando o país esperava pela democracia social e política, os escândalos da Era Collor provocaram um desmonte de esperança na sociedade, devido o então presidente adotar a opção de governo neoliberal[6], ocorrendo nesse período um crescimento das demandas sociais representadas pelo desemprego e pobreza, decorrendo daí o trinômio do neoliberalismo: privatização, focalização/seletividade e descentralização (DRAIBE apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

As lutas sociais entre democracia e direitos sociais se repetem e a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi adiada, pois outras questões mais fortes se levantavam (SPOSATI, 2005, p. 50).

Pereira (1996) ressalta que a assistência social como política pode ter um caráter ambíguo, que resulta de “interesses contrários” entre a lógica produtiva e as necessidades sociais, podendo ser efetiva mediante a correlação de força que a permeia.

Após surgirem vários projetos de lei, somente em 07 de dezembro do ano de 1993 foi promulgada a LOAS determinada pela Lei n° 8.742/1993, onde se define que a assistência social é uma Política de Seguridade Social não contributiva, responsável por prover os mínimos sociais, sendo realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

[6] O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem – estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito em 1944 (Anderson, 1998, p. 9).

Prevista nos artigos 18 e 19 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em setembro de 2004. Esta define um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o Brasil que entrou em vigor através da Lei n° 12.435 de 6 de julho de 2011.

Dos benefícios garantidos pela LOAS podemos destacar o Beneficio de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo a pessoa com deficiência física e ao idoso a partir de 65 anos, que comprovem não possuir meios para manter a sua sobrevivência ou de tê-las provida pela sua família.

Em relação aos benefícios eventuais são aqueles que visam cobrir necessidades temporárias em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, em geral relacionadas ao ciclo de vida, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos. São exemplos de benefícios eventuais o pagamento do auxilio por natalidade ou morte as famílias que possuam uma renda *per capita*[7] ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente (LOAS, 1993).

O art. 203 da Constituição Federal de 1988, discute os objetivos da assistência social presentes no art. 2° da LOAS, com os quais se compatibilizam os previstos nos incisos I a V do presente artigo.

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (LOAS, 1993).

---

[7] Renda *per capita* é compreendida como a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família, divida pela quantidade de membros. Os rendimentos que entram no cálculo da renda bruta mensal são aqueles provenientes de: salários; proventos; pensões; pensões alimentícias; benefícios de previdência pública ou privada; seguro desemprego; comissões; pró-labore; outros rendimentos do trabalho não assalariado; rendimentos do mercado informal ou autônomo; rendimentos auferidos do patrimônio; Renda Mensal Vitalícia (RMV), e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Texto construído com base nas informações contidas no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calcular-a-renda-familiar-per-capita/?searchterm=renda%20per%20capita>. Acesso em: 21 set. 2012.

As ações realizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tomam como base a Política Nacional de Assistência (PNAS) que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no ano de 2004, a qual se compatibiliza com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que tem como objetivo fazer a organização e disciplinar as instâncias e as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) responsáveis pela aplicação dos recursos públicos nas ações socioassistenciais, dentre tais ações a primeira determina e dá orientações para a execução de ações visando o enfrentamento das desigualdades sociais, ela propõe que sejam garantidos os mínimos sociais e a universalização dos direitos.

De acordo com a PNAS (2004, p.33) a Política Pública de Assistência Social, objetiva:

> Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
>
> Contribuir com a inclusão e a eqüidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
>
> Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A PNAS objetiva ainda, tornar clara as suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Nela são definidos também os tipos de proteção social, garantidas por esta política e dá outras providências, sendo assim, as proteções são dividas em:

Proteção Social Básica: tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ela é destinada a população que se encontra em vulnerabilidade social[8]. Propõe ainda o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, com atendimento integral, organizados em rede. Deve-se incluir as

[8] De acordo com a Politica de Assistência Social (PNAS) a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e etc.) e, ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

pessoas com deficiência de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios que compõem a proteção social básica são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os benefícios eventuais, conforme foram explicitados nesse capítulo (PNAS, 2004).

Conforme prevê a PNAS (2004, p. 35):

> Os serviços de proteção social básica são executados nos Centros de Referencia de Assistência Social (CRAS)[9] e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

Proteção Social Especial: Conforme a PNAS (2004, p. 37), esse tipo de proteção se subdivide em Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, estas se resumem em:

> [...] uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil [...].
>
> Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do executivo.

Proteção Social Especial de Média Complexidade: Oferece atendimentos as famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A instituição responsável pela Proteção Social Especial de Média Complexidade é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

A lei do SUAS n° 12.435/2011, define o CREAS como uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel construir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

---

[9] Para maior detalhamento a respeito do CRAS verificar o cap. 5, subitem 5.2 desse trabalho.

Os serviços ofertados pelo CREAS não podem sofrer interrupções, por questões relativas à alternância da gestão ou qualquer outro motivo (MDS, 2011). Segundo a PNAS (2004), o CREAS visa à orientação e o convívio-sócio familiar e comunitário. Difere-se da proteção social básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.

Dentre os serviços realizados no CREAS estão (PNAS, 2004):

- Medidas sócio-educativas em meio-aberto: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA): o serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Serviço de orientação e apoio sociofamiliar.
- Abordagem de Rua: o serviço tem como finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.
- Plantão Social: oferece atendimento social as famílias que demandam de alguma situação emergencial, e não podem aguardar pelo agendamento do atendimento, as situações emergenciais mais comuns são para concessão de Auxilio Funeral, Atendimento em situações de violência doméstica e ao idoso, Abuso Sexual, Cesta Básica Emergencial, dentre outras expressões da questão social.
- Cuidado no domicílio: através de visitas domiciliares, o assistente social frente a diversas intervenções e encaminhamentos realizados, visa intervir nas expressões da questão social apresentadas pela família.
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência: serviço destinado à promoção de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravas por violações de direito.

Proteção Social de Alta Complexidade: Os serviços são voltados para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça precisando ser

retirados da convivência familiar ou comunitário, eles garantem a proteção integral ao indivíduo. Como moradia alimentação higienização e etc. Destacamos os serviços (PNAS, 2004).

- Casa Lar: a Casa Lar integra a rede de proteção social especial que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelece serviços de abrigamento a pessoas que, por vários motivos, não contam mais com proteção de suas famílias.
- Albergue: em alguns municípios os serviços de Albergue são destinados a Migrantes e a população em situação de rua. Integra a rede de proteção social especial que, estabelece serviços de abrigamento a pessoas que, por vários motivos, não contam mais com proteção de suas famílias.
- República: trabalha através da oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. Nas repúblicas de jovens o serviço é destinado, prioritariamente ao público 18 e 21 anos após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado, também podem ser ofertadas de acordo com a política de cada município repúblicas para idosos.
- Família Substituta: é aquela que se propõe trazer para dentro de sua própria casa, uma criança ou um adolescente que por qualquer circunstância foi desprovido da família natural, para que faça parte integrante dela e nela se desenvolva.
- Família Acolhedora: as famílias acolhedoras assumem o compromisso de tornarem-se parceiras no atendimento e na preparação para o retorno da criança e/ou adolescente à família de origem.
- Trabalho Protegido: para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça.
- Medidas Sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade semiliberdade, internação provisória e sentenciada.

- Casa de Passagem: atende crianças e adolescentes sob medida de proteção, inclusive com deficiência, em situação de risco pessoal e social, em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
- Atendimento integral Institucional: consiste no atendimento integral e institucional a crianças, idosos e portadores de deficiência, que se encontra em situação de abandono, risco pessoal ou social.

Por fim, é a PNAS que norteia e dá diretrizes para implementação das ações do SUAS. O SUAS é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela gestão das ações na área de assistência social ficando organizado sob a forma de sistema descentralizado e participativo.

O SUAS tem como foco organizar os elementos necessários para a execução da Política de Assistência tornando possível a normatização nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial[10] que priorizam as ações voltadas para a vigilância social, proteção social, defesa social e institucional com o intuito de promover o bem-estar e proteção social à família, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiências e idosos.

Vale destacar o que Andrade (2011, p. 42) caracteriza a respeito da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

> O SUAS não é apenas um instrumento gerencial, mas, sobretudo um instrumento político, que expressa um campo de lutas e contradições inerentes à política de Assistência Social em nosso país, que busca se assentar na concretização e ampliação da proteção social não contributiva no campo socioassistencial.

[10] De acordo com a NOB SUAS 2005, a rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

Andrade (2011) referencia-se na idéia de que a Assistência Social, enquanto partícipe do sistema de proteção social brasileiro, deve ser uma "política com conteúdo próprio voltado para a provisão [...] da universalização dos mínimos sociais como padrões básicos de inclusão".

Andrade (2011, p. 28) complementa que:

> As ações no âmbito da assistência social acabam se restringindo a grupos sociais específicos e, sobretudo, condicionados ao nível de renda, em que o acesso a serviços e benefícios é operacionalizado pela focalização[11] e seletividade[12] através dos testes de meios. Tal situação demarca a não cobertura de significativos contingentes populacionais, que invariavelmente dependem de ações individuais e particulares para a garantia da sobrevivência.

Podemos afirmar que o ano de 2011 marcou a sanção da Lei do SUAS. A criação do SUAS institucionalizou uma nova concepção socioassistencial no Brasil: o rompimento da Lógica da assistência como filantropia e adoção da concepção de direito a todo cidadão brasileiro.

Na medida em que o SUAS estava sendo implementado, houve propostas para melhoria do trabalho, sendo necessária a criação de um instrumento capaz de identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda, por meio de informações e dados coletados, com o objetivo e necessidade de incluí-las em programas de Assistência Social e redistribuição de renda, denominado como Cadastro Único para Programas Sociais[13] (CadÚnico).

---

[11] A seletividade rege-se pela intenção de eleger, selecionar, optar, definir quem deve passar pela "peneira" ou pelo crivo. Os objetivos da seletividade não são estabelecer estratégias para ampliar o acesso aos direitos, mas definir regras e critérios para escolher, para averiguar minuciosa e criteriosamente, quem vai ser selecionado, quem vai ser eleito para ser incluído (Boschetti, 2003, p. 85-86).

[12] A focalização, [...] não pode ser entendida como sinônimo de seletividade. [...] focalizar significa por em foco, fazer voltar a atenção para algo que se quer destacar, salientar, evidenciar. [...] Focalizar, nessa direção, não é restringir o acesso aos direitos, mas no universo atendido, diferenciar aqueles que necessitam de atenção especial para reduzir as desigualdades. A focalização passa a ser negativa quando, associada à seletividade, restringe e reduz as ações a poucos e pequenos grupos, desconsiderando o direito de todos (Boschetti, 2003, p. 86).

[13] O Cadastro Único conhecido como CadÚnico, foi criado em 2001, é regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal.

No decorrer do capitulo 4 item 4.3.3 do presente trabalho, o CadÚnico será abordado detalhadamente, bem como sua contribuição para a inclusão das famílias cadastradas em programas e benefícios socioassistenciais associados a este, impreterivelmente os programas de transferência de renda.

4 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E O BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo abordaremos um breve histórico de como surgiram os Programas de Transferência de Renda[14] no Brasil. Evidenciando o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, um dos principais programas de transferência de renda que vem se destacando até o presente momento. Dentro deste programa explicitaremos os critérios de seleção e inclusão, salientando as condicionalidades e valores do benefício, com precisa apresentação dos programas que estão relacionados ao PBF, discorrendo também sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Vale lembrar, que este capítulo foi descrito com bases nas informações do MDS sem pontuar uma análise crítica sobre o programa, na qual será discutida na análise dos dados deste trabalho.

4.1 BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os marcos iniciais de constituição de um sistema de proteção social no Brasil situam-se no período compreendido entre 1930 e 1943. Sendo um momento assinalado por grandes modificações socioeconômicas, pela passagem do modelo de desenvolvimento agro-exportador para um modelo urbano-industrial.

Esse Sistema de Proteção Social progrediu rumo a sua consolidação e expansão durante as décadas de 1970 e 1980, sobre a orientação do autoritarismo da ditadura militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio. Desenvolver-se os

[14] Segundo Santana (2007, p. 3), “[...] Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combate a pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes [...]”.

programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e aos movimentos sindicais (SILVA, 2004).

Expressando a intenção de enfrentar a pobreza absoluta[15], foi instituída a política de renda mínima ou de manutenção de renda, denominada como política de transferência de renda.

Considerando que a pobreza no que diz respeito à ausência de renda, traz consequências para formulação e criação de políticas sociais de transferência de renda no Brasil, adotaremos como significado no presente estudo o conceito de pobreza agregado à proposição das políticas sociais brasileiras que é entendido apenas como ausência de renda, sem que sejam consideradas as determinações estruturais geradoras da pobreza estrutural e da desigualdade social.

As políticas sociais se restringem a permanência e controle da pobreza, ao mesmo tempo em que reforça a legitimação do Estado. Mantém um estrato de pobres no limite de sua sobrevivência, inserido no circuito do consumo marginal. Nesse processo, questões estruturais fundamentais, como a elevada concentração da propriedade e a extrema situação de desigualdade social, tão marcantes e históricas na sociedade brasileira, são secundarizadas, criando-se a ilusão de que a pobreza pode ser erradicada pela política social, mediante programas de transferência de renda (SILVA, 2010, p.8).

Anteriormente a implementação dos programas de transferência de renda, já haviam vários debates sobre quem deveria ser os beneficiados pelas políticas de transferência de renda e se essas devem ou não ser condicionadas, esse debates permanecem até os dias atuais, existindo nestes, três concepções a serem destacadas.

---

[15] A situação de pobreza absoluta ocorre quando um indivíduo ou grupo se encontra num nível de condição abaixo do rendimento mínimo, o que não lhes permite comprar bens essenciais como alimentos e água potável. Texto elaborado com base nas informações contidas na enciclopédia livre Wikipédia. Disponível em:< http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza_absoluta>. Acesso em: 12. nov.2012.

Cunha (2009, p. 333-334) afirma que:

> A primeira delas entende que as transferências de renda devem ser universais, garantidas como direito de todos os cidadãos sem levar em conta a renda, e sem a necessidade de contrapartida por parte dos beneficiários. Portanto, as transferências seriam incondicionais. Essa concepção se materializa em proposta como as de renda básica ou renda de cidadania. Uma segunda concepção é aquela que entende que devem se restringir àqueles extremamente pobres ou incapazes de prover sua própria sobrevivência. Tal concepção não se restringe à transferência de renda, mas também entende que a atuação do Estado em áreas como saúde, educação, assistência social, dentre outras, também devem ser residuais. Já o terceiro grupo, entende que políticas para redução da pobreza e das desigualdades pressupõem uma opção do Poder Publico em privilegiar os mais pobres. Para eles é preciso um tratamento diferenciado, de forma a reduzir desigualdades vividas e, no futuro, promover a igualdade.

As experiências brasileiras no que diz respeito ao caráter dos programas de transferência de renda inspiram-se em duas experiências, segundo Silva (2004): uma orientação é de programas com caráter "compensatórios e residuais" fundamentados nas propostas liberais/neoliberais, norteados pelo entendimento que o "desemprego e a exclusão são inevitáveis", esses programas são orientados com base em focalizar a extrema pobreza, buscando estimular o sujeito a prover sua autonomia enquanto consumidor, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda no país, essa distribuição de renda é mínima, que não garante na íntegra uma alternativa ou saída da linha da pobreza, isso ocorre para que não aconteça desestímulo na busca pelo trabalho.

Outra orientação parte de pressuposto de programas que visam à redistribuição de renda orientada por uma ideologia de cidadania universal, possuem enquanto objetivo "alcançar a autonomia do cidadão", e orientam-se por uma focalização positiva, visando uma vida digna para todos, tendo como impacto a inclusão social.

As primeiras experiências de programas de transferência de renda no Brasil tiveram início em nível local, no entanto, foi em âmbito nacional que iniciou-se a discussão e adesão de uma proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)[16], proferida pelo Senador Eduardo Suplicy no Senado Federal, que foi aprovada em 16 de dezembro de 1991. O então Senador Suplicy, justificava e orientava o seu PGRM

[16] Para maior detalhamento sobre a Renda Básica de Cidadania apresentada pelo senador Suplicy, verificar livro Renda de Cidadania: a saída é pela porta.Cortez. 2002.

com base no art. 3°, inciso III da Constituição Federal de 1988, no qual descreve a “erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais”.

O PGRM tinha como proposta a transferência de renda mínima através do imposto de renda negativo para beneficiar todos os residentes no país, que não tinham como satisfazer suas necessidades mínimas básicas. Para ter direito e acesso ao beneficio era preciso ter idade acima de 25 anos e possuir uma renda menor naquele período, correspondente a 45 mil cruzeiros, equivalente segundo Silva (2004) cerca de 2,25 salários mínimos.

O PGRM iniciaria no ano de 1995, com idosos acima de 60 anos, finalizando a implantação no ano de 2002, incluindo todos os cidadãos maiores de 25 anos. Porém o programa sofreu muitas críticas e não se efetivou da forma que foi proposto.

As políticas de transferência de renda passam a designar tarefas por opção do poder público, aproximadamente na década dos anos 90, a partir do momento em que as políticas sociais passaram a acrescentar em sua formulação e considerar a pobreza também como questão social e coletiva.

Foram várias experiências que serviram de referências para o aperfeiçoamento e ampliação dos programas de transferência de renda, mas no ano de 1995 é que se obteve um marco inicial através da criação do PGRM, com programas municipais implantados em certos estados, de acordo com SILVA, YASBEK, GIOVANNI (2004), dentre as principais destacamos:

Experiências pioneiras de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF), denominados Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRM) e o programa Bolsa Escola, com transferência de recursos a famílias que garantissem a frequência escolar de suas crianças.

De acordo com Siqueira (2008, p. 45):

> [...] a primeira experiência de um programa de governo em nível nacional, com caráter de Transferência de Renda, foi o Programa Bolsa Escola, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso em seu segundo mandato (1999-2002), influenciado pelas experiências dos municípios pioneiros, adotou em seu governo os programas de transferência de renda para famílias pobres.

Eram 7 (sete) os principais programas federais[17] até março de 2003: o Bolsa Escola instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001; o Bolsa Alimentação assegurado pela Medida Provisória nº 2.206, de 06 de setembro de 2001; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) garantido pela Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001; o Auxílio Gás adotado pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002; o Cartão Alimentação conforme a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; e o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social do Ministério de Assistência Social e Humano[18] e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)[19] (SIQUEIRA, 2008, p. 45).

Vejamos algumas características dos chamados Programas Remanescentes[20] (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)[21], do Projeto Agente Jovem de

---

[17] Todos esses programas estavam destinados a um público específico, cujo corte de renda, para fixação da linha da pobreza, era de ½ salário mínimo de renda *per capita*, com exceção do BPC que determina uma renda *per capita* ainda menor, ou seja, inferior a ¼ do salário mínimo.

[18] Compreendido como uma conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa, deveria promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho.

[19] Para maior detalhamento sobre o BPC, verificar o capitulo 3 deste trabalho.

[20] CUNHA, R. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. UNESCO, 2009, p. 344.

[21] CUNHA, R. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. UNESCO, 2009, p. 345.

Desenvolvimento Social do Ministério de Assistência Social e Humano e do Benefício de Prestação Continuada (BPC):

1) **Bolsa-Escola**: criado em 2001 por iniciativa do Ministério da Educação. O público-alvo era formado por crianças entre 6 e 15 anos de idade onde as famílias possuíam renda *per capita* abaixo de R$ 90,00. O valor do benefício era de R$ 15,00 por criança, com limite máximo de 3 benefícios no valor de R$ 45,00 (três crianças). Em termos de condicionalidades, as crianças beneficiárias deviam ter frequência às aulas de pelo menos 85%. A maior parte das crianças beneficiadas foram cadastradas no Cadastro do Bolsa Escola (Cadbes).
2) **Bolsa Alimentação**: criado em setembro de 2001 por iniciativa do Ministério da Saúde. Tinha como objetivo combater a mortalidade infantil em famílias com renda *per capita* mensal de R$ 90,00. O valor do benefício era de R$ 15,00 por criança entre 0 e 6 anos ou gestantes até um máximo de R$ 45,00 (três crianças). Em termos de condicionalidades, a família se comprometeria a atualizar o cartão de vacinação para crianças entre 0 e 6 anos, e, para as mães, a fazer visitas regulares ao posto de saúde para o pré-natal e enquanto estivesse amamentando.
3) **Auxílio Gás**: criado em dezembro de 2001 como medida compensatória para o fim do subsídio ao gás de cozinha. Destinado a famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, não impunha nenhuma condicionalidade à família a não ser estar registrada no Cadastro Único. Quanto ao valor do benefício, este era de R$ 7,50 mensais, pagos bimestralmente. O Ministério de Minas e Energia era responsável por sua administração.
4) **Cartão Alimentação**: criado em 2003, consiste em uma transferência de R$ 50,00 para famílias com uma renda familiar *per capita* menor do que metade do salário mínimo por 6 meses podendo tal período ser prorrogado, até o limite máximo de 18 meses. O objetivo era lutar contra a insegurança alimentar enquanto outras medidas – ações estruturantes – seriam implementadas a fim de assegurar que as famílias deixariam de padecer de insegurança alimentar. O programa não possuía condicionalidades, e sua implementação ficou a cargo dos Comitês Gestores.

5) **Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI):** foi criado em 1996 e consiste na transferência de renda para famílias que possuem crianças e adolescentes, trabalhando ou em risco de trabalhar em atividades consideradas perigosas e prejudiciais à saúde. O programa também prevê o repasse de verbas para que os municípios desenvolvam atividades socioeducativas e de convivência. O valor do benefício é de R$ 25,00 por criança nas áreas rurais e R$ 40,00 nas áreas urbanas. As famílias se comprometem a não permitir que crianças menores de 16 anos trabalhem e que elas tenham pelo menos 75% de presença na escola.

6) Outro Programa de Transferência de Renda, com âmbito nacional de responsabilidade do Ministério de Assistência Social, foi o **Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**[22] criado em 2001, tinha como público alvo jovens de 15 à 17 anos de idade, preferencialmente aqueles que estavam evadidos do sistema escolar; membros de famílias pobres; com renda *per capita* (por pessoa) de até meio salário mínimo; em situação de risco social, participantes de outros programas sociais como PETI e de atendimento a exploração sexual; em liberdade assistida; sob medida protetiva; ou jovens com alguma deficiência. O valor do beneficio era de R$65,00 reais mensais pago diretamente ao jovem no período de doze meses. O projeto propunha oferecer atividades de capacitação aos jovens preparando-os para o mercado de trabalho futuro, possibilitando a permanência dos jovens no sistema de ensino, com objetivos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e contribui para redução de índices de violência, uso de drogas, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

7) Em relação ao **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**[23] é o único Programa de Transferência de Renda inscrito na Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei. É um programa de política social, garantido pela Constituição Federal de 1988, no capítulo II da Assistência Social, seção

---

[22] SIQUEIRA, Alaísa de Oliveira. Programa Bolsa Família (PBF): autonomia ou legitimação da pobreza? Dissertação de Mestrado (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), Rio de Janeiro, 2008.

[23] SIQUEIRA, Alaísa de Oliveira. Programa Bolsa Família (PBF): autonomia ou legitimação da pobreza? Dissertação de Mestrado (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), Rio de Janeiro, 2008.

> IV, inciso V e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), capítulo I, artigo 2º, inciso V (Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993) e está em vigor desde 1º de janeiro de 1996. É um benefício de 01 (um) salário mínimo destinado a pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos (Estatuto do Idoso – lei nº 10.741, artigo 34 de 03 de outubro de 2003) e a pessoa portadora de deficiência, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.

Já no ano de 2005, ao identificar que o PBF e o PETI tinham objetivos em comum e atendiam as famílias com perfis similares o governo decidiu pela sua integração. As crianças em situação de trabalho infantil além de cumprir as condicionalidades do PBF, precisavam exercer uma jornada de atividades socioeducativas, esportivas e culturais, de cidadania, reforço escolar, dentre outras.

4.2 JUSTIFICATIVAS PARA UNIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE TRANSFERENCIA DE RENDA

É importante verificar qual vem sendo a argumentação e justificativas que demandam as necessidades de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil[24], essa questão foi colocada a partir de um relatório e um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no terceiro trimestre de 2012.

A conclusão desse relatório foi de que era necessário que houvesse a unificação desses programas. Tal relatório afirma que a política compensatória representada pela transferência de renda que permite a sobrevivência imediata de famílias extremamente pobres e outra de acesso a políticas universais, que possui a ideia anteriormente definida de oferecer a autonomia dessas famílias, não foi devidamente implementada em decorrência de problemas identificados. Foram

[24] Os programas de Transferência de Renda do Governo Federal foram considerados no item 4.1.

levantadas indicações de problemas e sugestões para superação da situação identificada.

Dentre as principais justificativas para a unificação dos programas de transferência de renda, Silva, Yazbek, Giovanni (2004, p. 132-133) apontam:

> Existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no sue público alvo, como ocorre com os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e PETI, implementados por três Ministérios distintos (Educação, Saúde, Assistência Social), gerando às vezes, tratamento diferenciado, inclusive no valor do benefício, com competição entre instituições;
>
> Ausência de uma coordenação geral dos programas [...] gerando desperdícios de recursos, cuja a conseqüência maior é uma limitada efetividade nos resultados decorrentes desses programas;
> Ausência de planejamento gerencial dos programas [...];
>
> [...] falta estratégia mais ampla que garanta autonomização das famílias após o desligamento dos programas, verificando-se a não vinculação sistemática dos programas de transferência de renda com outros programas, projetos e ações, como projetos de desenvolvimento local cooperativas banco do povo e outros que ofereçam opções reais para a autonomia das famílias. Nesse sentido, esses programas se apresentam como um fim em si mesmos, não apontando para real superação da situação de pobreza do grupo familiar, por ausência de articulação efetiva com outras políticas emancipatórias;
>
> Fragmentação dos programas e até competitividade [...] relacionado com a falta de articulação [...];
>
> Programas implementados [...] por um quadro de pessoal que não integra os quadros efetivos dos respectivos setores, contratados por fora, não permitindo o desenvolvimento de uma cultura institucional de profissionalização e de continuidade das ações [...];
>
> [...] estabelecimentos de metas para os programas mesmo os considerados universais como o Bolsa Escola, aquém do número potencial de beneficiários, sendo critério fundamental o limite estabelecido pelos orçamentos disponibilizados;
>
> Orçamento alocado insuficiente, fazendo com que não só o publico alvo não seja totalmente atendido como situando o valor monetário do beneficio num patamar irrisório, incapaz de produzir impactos significativos na população beneficiária;
>
> Identificação de problemas no Cadastro Único [...].

Em resumo, sobre a justificativa de ampliar os recursos, elevar o valor do beneficio e possibilitar um melhor atendimento aos beneficiados, a indicação de unificação teve como propósito manter um único programa de transferência de renda articulando todos os programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, na

perspectiva de criação de uma política única nacional de transferência de renda (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2004).

O objetivo declarado dessa justificativa é de simplificar o acesso aos benefícios, unificando os programas, tendo como coordenação somente uma Secretaria Executiva e participação dos outros órgãos afetos aos programas unificados, desconcentrando a responsabilidade de um Ministério para cada benefício de transferência de renda que se efetivasse.

Em relação aos problemas apontados houve um bloco de recomendações dentre elas, o reconhecimento de que a unificação dos cadastros e a utilização do cartão único tornam possíveis a unificação dos programas e redução dos custos. Vale destacar a necessidade de articulação dos programas de transferência de renda com outros programas e políticas sociais, também foi indicado à adoção de um fundo único para centralizar recursos destinados aos programas de transferência de renda, foram explicitadas áreas prioritárias e a definição do público alvo para maior efetividade e focalização dos programas.

Parte desse contexto a criação de um programa que unificou os programas de transferência de renda em desenvolvimento por iniciativa do Governo Federal no Brasil, o qual foi definido como Programa Bolsa Família (PBF), que tem como prioridade o combate à fome e a pobreza no qual permanece até a presente data.

4.3 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF), foi criado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de Outubro de 2003, determinado pela Lei nº 10 836[25], de 9 de Janeiro de 2004, é um programa nacional de transferência de renda condicionada

[25] Todas as Leis, Decretos, Portarias, instruções Normativas e instruções Operacionais referentes ao Programa Bolsa Família (PBF) podem ser acessados no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no seguinte endereço: http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/legislacao-2b0-nivel/?searchterm=normas%20e%20decretos

voltado para famílias pobres[26] e extremamente pobres[27]. É implementado nos 5.565 municípios brasileiros e no Distrito Federal desde 2006, tendo orçamento em torno de um bilhão de reais mensais (SILVA, 2010, p. 1).

O PBF foi instituído pela Medida Provisória (MP) n° 132, de 20 de Outubro de 2003, situa-se no âmbito da Presidência da República, destina as ações de transferência de r45jk5enda com condicionalidades, devendo sua execução ocorrer de forma descentralizada, com a conjugação de esforços entre os entes federais, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle o social.

Considerando a lei de criação do Bolsa Família, é possível definir o Programa a partir da articulação de três dimensões específicas. São elas:

- Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias;
- Contribuição para a redução da pobreza entre gerações, por meio do reforço do direito de acesso às políticas de saúde e de educação; e de assistência social;
- Articulação com outras políticas públicas, de forma a desenvolver capacidades das famílias beneficiarias.

Segundo Cunha (2003, p. 331), este programa possui enquanto "[...] objetivo erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais [...]".

O Bolsa Família integra o Fome Zero, propõe assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional,

---

[26] O programa define pobreza segundo a renda familiar *per capita* mensal. Mesmo reconhecendo que pobreza é um fenômeno multidimensional, que não se restringe à privação de renda, vários estudiosos entendem que a insuficiência de renda é uma boa representação, uma *proxy*, de outras dimensões de pobreza.

[27] Famílias consideradas pelo PBF em situação de pobreza possuem renda *per capita* mensal que varia entre R$ 70,01 e R$ 140,00. São consideradas pelo PBF famílias extremamente pobres aquelas que possuem renda *per capita* mensal inferior a R$ 70,00. Texto construído com base nas informações contidas na agenda da família publicada pelo Governo Federal junto ao MDS no ano de 2010.

contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

De acordo com o art. 6º da MP nº 132, o financiamento do PBF tem como fonte de recursos as dotações alocadas aos programas de transferência de renda federais e ao CadÚnico, bem como outras dotações do orçamento da seguridade social da união.

O Programa Bolsa Família (PBF) está associado à garantia do acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, cujo objetivo é promover a inclusão social das famílias beneficiárias pela oferta de meios e condições para que estas possam sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontram (MDS, 2012).

O PBF é uma proposta do Governo Federal para unificação dos quatro principais programas federais de transferência de renda: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Vale Gás e Cartão Alimentação. Ele é considerado uma inovação no âmbito dos programas de transferência de renda, pois se propõe a proteger o grupo familiar como um todo.

O PBF além de fortalecer a rede de proteção social, garantiu algumas mudanças de concepção passa a atender a toda família e não somente seus membros isoladamente (CUNHA, 2008).

Família, no âmbito do PBF é, “um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidades, que formam um grupo vivendo sobre o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros”.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e responsável pelas diretrizes, gestão e operacionalização do PBF e do Cadastro Único (CadÚnico).

4.3.1 Critérios de Inclusão e Valores do Benefício

O cadastramento dos beneficiários do PBF é realizado pelos órgãos municipais de assistência social, por meio de informações inseridas pelo município no CadÚnico (agente operador), ficando a gerência do programa a cargo do MDS e as operações de pagamento sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF).

A lei que criou o PBF considerava elegíveis famílias com até R$ 100,00 de renda *per capita* mensal, no início do ano de 2006, esta linha de pobreza foi reajustada para R$ 120,00 reais que era meio salário mínimo na época, no ano de 2009 houve um novo reajuste que permanece até a atualidade no valor de R$140,00 reais. Os Decretos nº 6.157/2007, nº 6.491/2008 e n° 6.917/2009 são os que alteram os valores dos benefícios do PBF.

De acordo com Silva, Yazbek, Giovanni (2004, p. 138):

> Além da redução drástica do valor do benefício, a desvinculação de uma referência, no caso o salário mínimo, pode significar desvalorização crescente do valor de referência adotado para classificação da indigência e da pobreza.

Sendo assim, são definidos como critérios elegibilidade e de inclusão no beneficio: As famílias com renda *per capita* mensal que variam entre R$ 70,01 e R$140,00, ingressam no programa apenas se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Aquelas que possuem renda *per capita* mensal inferior a R$70,00, podem ingressar no programa qualquer que seja a idade dos membros da família, mesmo se não possuírem crianças ou adolescentes[28].

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios ligados ao PBF: Benefício Básico no valor de R$ 70,00 repassados apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R$ 70,00; Benefício Variável no valor de R$ 32, repassado pela existência

[28] Texto construído com base nas informações contidas na agenda da família publicada pelo Governo Federal junto ao MDS no ano de 2010.

na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) R$ 38, repassados pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos, limitado a dois jovens por família; e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) valor calculado caso a caso. Os benefícios são limitados a cinco benefícios por família, ou seja, o valor máximo do benefício em que a família pode receber atualmente é o valor de R$ 306,00 por mês (MDS, 2012).

Vale destacar que para a concessão do benefício variável à gestante, não será obrigatório ter iniciado o pré-natal, no entanto, uma vez concedido o benefício à gestante, deverá obrigatoriamente realizar os exames e consultas, para que a família não sofra repercussão gradativa. Para identificar famílias elegíveis ao benefício variável à gestante, o procedimento das equipes de saúde do município será o mesmo já adotado no acompanhamento das condicionalidades da saúde no PBF.

Em relação ao pagamento, serão pagas nove parcelas mensais de R$ 32,00, (uma por mês de gestação) às famílias com gestantes para as quais o benefício variável for concedido. As nove parcelas serão pagas independentemente do mês em que a mulher venha a ser identificada como gestante, caso ela seja identificada no quarto mês de gestação, por exemplo, a família continuará recebendo o benefício mesmo após o fim da gestação, ou seja, receberá o benefício durante os cinco meses que restam da gravidez e por mais quatro meses após o parto, completando assim as nove parcelas. Nos casos de aborto, o benefício não será cancelado, como forma de apoiar a recuperação da mulher, nove novas parcelas do benefício serão pagas. O benefício variável à gestante pode ser concedido para mais de um membro da família, não podendo ultrapassar o valor máximo de cinco benefícios no valor de R$ 306,00 reais. Nos casos de aborto, o benefício não será cancelado, como forma de apoiar a recuperação da mulher, serão pagas as nove parcelas regularmente, as jovens que recebem o BVJ e estiverem gestantes, poderão também receber benefício variável gestante em acréscimo (MDS, 2012).

Quanto ao beneficio variável destinado às nutrizes, possui como público alvo as famílias que tenham crianças com até seis meses de vida, o benefício será pago ao

Responsável Familiar (RF), independentemente do gênero (masculino ou feminino) ou grau de parentesco com o recém-nascido[29] (MDS, 2012).

Os quadros a seguir mostram os valores dos benefícios que as famílias integrantes do Programa podem receber.

[29] O texto sobre os tipos de benefício existentes no PBF foi construído com base nas informações retiradas (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Valor do Benefício. Em: <www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor>. Acesso em: 04. Dez.2012.

Quadro 1 - Valores que as Famílias com renda per capita familiar mensal de até R$ 70,00 reais (setenta reais) podem receber

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	**Número de jovens de 16 e 17 anos**	**Tipo de benefício**	**Valor do benefício**
0	0	Básico	R$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R$ 306,00

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/pbf-alteracao-no-valor-do-beneficio/?searchterm=valores%20do%20PBF).

Quadro 2- Valores que as famílias com renda per capita familiar mensal de R$ 70 (setenta reais) a R$ 140 (cento e quarenta reais) podem receber.

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	**Número de jovens de 16 e 17 anos**	**Tipo de benefício**	**Valor do benefício**
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R$ 32,00
2	0	2 variáveis	R$ 64,00
3	0	3 variáveis	R$ 96,00
4	0	4 variáveis	R$ 128,00
5	0	5 variáveis	R$ 160,00
0	1	1 BVJ	R$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R$ 166,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R$ 198,00
0	2	2 BVJ	R$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R$ 236,00

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/pbf-alteracao-no-valor-do-beneficio/?searchterm=valores%20do%20PBF).

Há um calendário regular de pagamento do PBF e os benefícios são pagos nos últimos 10 dias úteis de cada mês de acordo com o número final do Número de Identificação Social (NIS), como demonstra o quadro 3.

Quadro 3 - Calendário de 2012 de pagamento do PBF.

PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DAS BOLSAS - 2012										
Mês do Benefício	**Cartão Terminado em:**									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Janeiro	18/01	19/01	20/01	23/01	24/01	25/01	26/01	27/01	30/01	31/01
Fevereiro	14/02	15/02	16/02	17/02	22/02	23/02	24/02	27/02	28/02	29/02
Março	19/03	20/03	21/03	22/03	23/03	26/03	27/03	28/03	29/03	30/03
Abril	17/04	18/04	19/04	20/04	23/04	24/04	25/04	26/04	27/04	30/04
Maio	18/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Junho	18/06	19/06	20/06	21/06	22/06	25/06	26/06	27/06	28/06	29/06
Julho	18/07	19/07	20/07	23/07	24/07	25/07	26/07	27/07	30/07	31/07
Agosto	20/08	21/08	22/08	23/08	24/08	27/08	28/08	29/08	30/08	31/08
Setembro	17/09	18/09	19/09	20/09	21/09	24/09	25/09	26/09	27/09	28/09
Outubro	18/10	19/10	22/10	23/10	24/10	25/10	26/10	29/10	30/10	31/10
Novembro	19/11	20/11	21/11	22/11	23/11	26/11	27/11	28/11	29/11	30/11
Dezembro	10/12	11/12	12/12	13/12	14/12	17/12	18/12	19/12	20/12	21/12

Fonte: Caixa Econômica Federal. (http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/calen_pag.asp)

4.3.2 Condicionalidades do PBF

O PBF possui condicionalidades, onde a família é determinada a cumprí-las para permanecer recebendo o benefício. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) faz o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família de forma articulada com os Ministérios da Educação e da Saúde. Em cada município, o acompanhamento deve ser feito intersetorialmente entre as áreas de saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades devem ser compreendidas como um contrato entre as famílias e o poder público. O cumprimento das condicionalidades amplia o acesso aos direitos sociais básicos para as famílias beneficiárias do PBF, as condicionalidades são asseguradas por políticas universais definidas na Constituição Federal de 1988, que embora de caráter universal, em várias situações não garantem o acesso dos mais excluídos.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de quatorze a quarenta e quatro anos

também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê (MDS, 2012).

No que se refere à condicionalidade da educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% ao mês (MDS, 2012).

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. As famílias também devem atualizar o Cadastro Único a cada dois anos[30] (MDS, 2012).

Quando as famílias beneficiadas não cumprem com as condicionalidades do programa, há aplicação de sansões gradativas que ocorrem nos meses de repercussão[31], cabe a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) a tarefa de aplicar as sanções. Para cada descumprimento de condicionalidade existe uma sansão com diferenciados efeitos.

Na primeira situação, há uma advertência, mas a família continua recebendo o benefício normalmente; na segunda, há bloqueio de pagamento por 30 dias, após esse período, a família volta a recebê-lo; no terceiro e quarto descumprimento há suspensão de pagamento do beneficio por 60 dias; no quinto registro de

---

[30] É importante destacar que nos municípios onde foram realizadas as coletas de dados, o período para atualização cadastral é de um ano, devido as mudanças que ocorrem nas diversas situações das famílias, a atualização cadastral deve ocorrer de acordo com o último número do Número de Identificação Social (NIS), gerado pela Caixa Econômica, vale destacar que o NIS não é gerado exclusivamente para famílias beneficiárias do PBF, mas também para famílias que estão incluídas em outros programas socioassistenciais.

[31] Segundo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Programa Bolsa Família gestão de condicionalidades (s.d). Repercussão é o efeito no benefício da família em decorrência do descumprimento da condicionalidade de saúde, educação ou assistência social. A repercussão no benefício das famílias ocorre nos meses ímpares: JAN, MAR, MAI, JUL, SET, NOV.

descumprimento o beneficio é cancelado e a família é desligada/excluída do PBF (CUNHA, 2009, p. 353).

Quando ocorrem as sanções, estas são comunicadas às famílias, por meio de notificação por escrito ou por extrato de pagamento do benefício aos respectivos responsáveis legais. Todas as informações sobre cumprimento de condicionalidades são enviadas aos municípios, como forma de subsidiar as estratégias de acompanhamento das famílias, preferencialmente de forma integrada entre as áreas de saúde, educação e assistência social (CUNHA, 2008, p. 17).

Quando ocorrem erros de registros no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON) ou na inexistência de ofertas de serviços de educação e saúde, motivo de doença, violência urbana, alagamento, morte na família, necessidade de cuidar de familiares, sendo esses considerados pelo programa principais motivos justificáveis, é possível que o gestor municipal solicite a reversão dessas sanções (MDS, 2012).

O acompanhamento das condicionalidades acontece de acordo com calendários previamente acordados pelas áreas envolvidas. Os calendários definem os períodos em que os municípios devem realizar o acompanhamento das famílias e os registros das informações relativas a cada condicionalidade. Todas as informações devem constar em seus respectivos sistemas informatizados, sendo eles o Sistema de Gestão de Benefícios (SIBEC) e SICON (MDS, 2012).

A folha de pagamento do PBF é informada para os municípios e estados, por meio do SIBEC e publicada na internet, de forma a dar transparência à gestão do Programa.

De acordo com o Governo Federal e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são: monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa; responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis; e

identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade, e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (MDS, 2012).

De acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS compete ao MDS em seu artigo 9º parágrafo IV:

> Quando a causa dos descumprimentos das condicionalidades for a falta de acesso das famílias aos serviços, ou ausência de oferta dos serviços pelo poder público, elaborar estratégias em conjunto com os municípios o distrito federal e Estados, com vistas a sanar lacunas existentes no acesso e na oferta desses no território municipal.

O acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público identificar as famílias que se encontram em maior grau de vulnerabilidade e risco social, sendo indicador para priorização de um acompanhamento familiar mais individualizado. A inclusão no PBF é feita unicamente entre as famílias cadastradas no CadÚnico, o qual será explicitado no item a seguir.

4.3.3 O Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único conhecido como CadÚnico[32], foi criado em 2001, é regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Suas informações podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades, além de permitir que sejam realizados o monitoramento e a avaliação dos efeitos de tais programas na área de assistência social.

[32] Consultar formulário principal do CadÚnico (ANEXO A).

De acordo com o decreto nº 6.135/07 Art. 2º:

> O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

O Decreto nº 6.135/07 torna obrigatório o uso do cadastro por todas as políticas do Governo Federal voltadas para famílias pobres e, ainda, regula política de acesso à informação, de forma a preservar aspectos de ética, privacidade e sigilo no uso das mesmas (CUNHA, 2008, p. 14).

Pode se cadastrar no CadÚnico, famílias que possuem renda mensal que varia de zero até 3 salários mínimos. O cadastramento das famílias é feito por um sistema *on line* onde constam todos os dados das famílias. Vale destacar que o cadastramento não significa a inclusão automática nos benefícios, isso irá depender dos critérios de elegibilidade de cada programa. O cidadão responde um questionário, que de acordo com as normas do CadÚnico é auto-declaratório, também é informado sobre suas responsabilidades em relação à veracidade das informações fornecidas. Após a coleta de dados, as informações são transmitidas para o Governo Federal, que avalia a qualidade e a consistência das informações.

Após o cadastramento no CadÚnico é gerado o Número de Identificação Social (NIS) evitando as multiplicidades de cadastros, esse número é gerado pela Caixa Econômica Federal neste âmbito, é o agente operador do CadÚnico e o agente pagador. Como dito anteriormente o NIS não é gerado exclusivamente para famílias beneficiárias do PBF, mas também para famílias que estão incluídas em outros programas socioassistenciais.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, nacionalmente padronizado, tem acesso aos dados coletados pelo CadÚnico, o que permite que sejam conhecidas as características de cada família cadastrada no Cadastro Único, suas necessidades e potencialidades. Isso possibilita que sejam planejadas,

formuladas e implementadas políticas públicas de proteção social específicas de forma precisa, identificando e diagnosticando as necessidades de cada família, e até mesmo dos indivíduos que a compõem (MDS, s.d).

De acordo com Cunha (2008, p. 13):

> O CadÚnico é composto por três núcleos básicos de informação: (a) Identificação da pessoa (que gera o Número de Identificação Social – NIS, de cada pessoa cadastrada), é composto por: nome completo do cidadão, nome da mãe, data de nascimento, município de nascimento e algum documento de identificação com controle nacional de emissão; (b) Identificação do endereço e; (c) Caracterização sócio-econômica, composta por: composição familiar (n° de pessoas, existência de gestantes, idosos, portadores de deficiência), características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, água, esgoto e lixo), qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho e rendimentos e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros.

Como resultado, as informações hoje disponíveis no Cadastro Único permitem não só a concessão de benefícios do PBF, mas, também, a articulação de diferentes políticas públicas voltadas para as famílias pobres, segundo o perfil e a demanda que apresentam, para isto foram implementados programas complementares, cujas propostas serão conceituadas no próximo item.

4.3.4 Programas Complementares

Com o objetivo de erradicar a extrema pobreza os Governos Federal e Estaduais desenvolvem programas complementares, com o objetivo de complementar a renda dos brasileiros que mesmo com os recursos do PBF não conseguem superar o patamar da extrema pobreza, as famílias consideradas pelo Governo Federal em situação de extrema pobreza possuem uma renda *per capita* inferior a R$ 70,00 reais.

Um exemplo de programa que foi desenvolvido pelo Governo Federal no ano de 2012 e retirou da extrema pobreza 2,8 milhões[33] de crianças de 0 a 6 anos de idade,

[33] Informação retirada do site do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS). Disponível em: < http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 13. out.2012.

é o Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), apelidado por programa Brasil Carinhoso lançado em Junho deste ano.

O BSP integra o Plano Brasil sem Miséria[34] que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas através de busca ativa, de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades, esse plano possui três grandes eixos de atuação: garantia de renda, inclusão produtiva com oferta de oportunidades de ocupação e renda ao público alvo e acesso a serviços para provimentos ou ampliação de cidadania ou bem-estar social, promovendo ações de busca ativa para alcance do público alvo (MDS, 2012).

O BSP compõe o PBF e visa reforçar as ações de combate à pobreza absoluta na primeira infância, possui enquanto público alvo as famílias que têm crianças de 0 a 6 anos, assegurando uma renda mínima de R$ 70 por pessoa para famílias extremamente pobres com filhos nessa faixa etária.

De acordo com a Instrução Operacional nº 56/SENARC/ MDS de 20 de Junho de 2012:

> As famílias beneficiárias do PBF que possuem perfil para o recebimento do BSP serão identificadas automaticamente por meio das informações do Cadastro Único, registradas no SIBEC. Aquelas que tiverem o novo benefício concedido receberão mensagem específica, através do extrato de pagamentos do Bolsa Família, emitido no saque dos benefícios, informando que foram selecionadas para o BSP.
>
> Apenas para fins de recebimento do BSP, a obtenção da renda *per capita* familiar a ser utilizada para determinar o valor que a família receberá do BSP será composta pela renda *per capita* contida no Cadastro Único/SIBEC somada aos valores mensais recebidos do PBF, ou seja, auferidos por outros benefícios do PBF, sendo eles: Benefício Básico, Variável, Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e Extraordinário [...].
>
> O valor do BSP é de caráter adicional e poderá variar de acordo com a necessidade de complementação de renda de cada família. Será pago pelo período em que a família permanecer em situação de extrema pobreza e possuir crianças de zero a seis anos em sua composição familiar. É de suma importância que os dados da família estejam atualizados no Cadastro Único, em especial o campo renda, pois este será determinante para o cálculo do valor do benefício.

[34] Para maior detalhamento sobre os eixos de atuação e serviços ofertados pelo Plano Brasil sem Miséria, consultar o Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal, disponível em: http://www.brasilsemmiseria.gov.br.

> Este benefício é calculado em intervalos de R$ 2,00, sendo este também o valor mínimo da parcela de pagamento concedido à família. O valor do BSP equivalerá à diferença entre R$ 70,01 e a renda *per capita* familiar com o PBF, registrada no SIBEC, a partir de informações da família no Cadastro Único. Cabe destacar que toda esta sistemática de cálculos[35] e arredondamentos será feita de forma automática pelo sistema e sempre irá beneficiar a família.

Outro importante Programa Complementar de nível Estadual no Espírito Santo é o Programa Incluir, que visa emancipar as famílias, através da realização de projetos e ações de forma gradativa e sistematizada, no intuito de promover a inclusão social e a cidadania, através da utilização de estratégia de articulação das redes de serviços de proteção social. Tendo com objetivos construir uma rede de parcerias com as prefeituras e sociedade civil; incluir/incentivar os cidadãos à formação continuada, tendo em vista a construção da emancipação familiar; potencializar o atendimento e o acompanhamento familiar, tendo em vista a efetivação do Plano de Emancipação da família[36]; priorizar a socialização da informação no processo de acompanhamento familiar, como componente fundamental para a viabilização de direitos e fortalecimento dos usuários (ESPÍRITO SANTO, 2012).

O Programa Incluir, no recorte da Assistência Social, será direcionado às famílias em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único e recebendo o Bolsa Família com renda per capita igual ou inferior a R$70,00 (setenta reais), que mesmo recebendo o benefício Bolsa Família, ainda continuam em situação de extrema pobreza.

O Programa Incluir possui um projeto de transferência de renda nomeado como Projeto Bolsa Capixaba (PBC), trata-se de um projeto do Programa Incluir, realizado através da transferência de renda no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais), por famílias identificadas que atendam aos critérios estabelecidos pelo programa (ESPIRITO SANTO, 2012).

---

[35] Para maior detalhamento do cálculo realizado para recebimento do BSP consulte os exemplos disponíveis no anexo I da Instrução Operacional nº 56/SENARC/ MDS.

[36] O Plano de Emancipação Familiar consiste em um compromisso das famílias com as ações pré-estabelecidas tais como inclusão produtiva, acompanhamento das famílias e acesso aos serviços do Estado. Sendo as famílias co-responsáveis por todo o processo de sua emancipação.

As famílias ao serem beneficiárias do PBC, além de cumprir as condicionalidades do PBF, deverão participar na elaboração e execução do Plano de Emancipação Familiar do Programa Incluir (ESPIRITO SANTO, 2012).

É importante destacar que se as famílias elegíveis ao PBC, possuírem em sua composição familiar crianças com idade inferior a 6 anos de idade, deverão ser incluídas somente no Brasil Carinhoso, programa exclusivo para famílias com esse perfil.

Para finalizar, é importante explicitar que os programas e benefícios com adesão ao Brasil Sem Miséria foram aderidos por oito Estados e o Distrito Federal, o PBC é de nível Estadual, exclusivamente do Estado do Espírito Santo, os outros Estados brasileiros possuem autonomia para implementar diferentes estratégias para a execução de programas/projetos de acordo com a necessidade e deficiência de acesso aos serviços e de recursos financeiros de cada Estado, o que vem sendo executado através de ações precisas na busca de erradicar a pobreza e a miséria.

5 CONTEXTUALIZANDO OS CAMPOS DE PESQUISA

Apresentaremos e delinearemos neste capitulo, características dos municípios de Serra e Cariacica, destacando as instituições nas quais foram realizadas as coletas de dados, apontando os perfis dos usuários atendidos nestes locais.

5.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)

O município de Serra na atualidade é um dos municípios do Brasil que mais cresce, contando com 118 bairros, e aproximadamente 422.569[37] habitantes e possui como prefeito atual Antônio Sérgio Alves Vidigal.

A Serra integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) juntamente com os municípios de: Fundão, Guarapari, Cariacica, Viana, Vila Velha e Vitória - capital do Estado do Espírito Santo (ES).

A Prefeitura da Serra possui 18 secretárias, porém a responsável pela gestão da Política de Assistência do Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS) é a Secretaria de Promoção Social (SEPROM) que tem como objetivo definir e desenvolver políticas sociais destinadas aos que vivem à margem dos meios de produção e dos benefícios da sociedade, e destinadas à melhoria da qualidade de vida do cidadão, bem como articular as políticas sociais básicas.

Dentre esses 422.569 habitantes do município, 39.890[38] são beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

A Serra, conforme o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um município de grande porte com gestão plena da assistência social, e conta atualmente com oito unidades de CRAS cada um para cinco mil famílias referenciadas, sendo essas unidades:

---

[37] Dados retirados do IBGE censo Demográfico 2010.
[38] Dados retirados da folha de pagamento dos beneficiários do PBF no município da Serra.

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Jacaraípe.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Jardim Carapina.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Jardim Tropical.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Laranjeiras.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Novo Horizonte.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Planalto Serrano.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra-Sede.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Vila Nova de Colares.

5.2 CAMPO DE PESQUISA E PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS DE SERRA DOURADA – SERRA (ES)

O CRAS escolhido para realização desta pesquisa foi o CRAS de Serra Dourada, por ser um campo em que uma das pesquisadoras se encontra inserida como acadêmica de Serviço Social.

O CRAS de Serra Dourada é um dos mais recentes, foi inaugurado no ano de 2010, tendo iniciado provisoriamente suas atividades no mês de abril de 2010, ainda fora do território. No dia 31 de maio de 2010 a equipe técnica iniciou os atendimentos através do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) nas instalações definitivas, inserido no território de abrangência.

Dentre os serviços constituídos como função do CRAS, o PAIF deve ser exclusivamente, por ele ofertado, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 6):

> O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo [...].

O território de abrangência do CRAS de Serra Dourada refere-se a 11 bairros, como mostra a tabela 1, num total aproximado de 33.000 habitantes (IBGE, 2000).

Tabela 1 – Território de abrangência do CRAS de Serra Dourada

BAIRRO	**POPULAÇÃO**
Eldorado	8.040
Novo Porto Canoa	3.129
Parque Residencial Tubarão	2.180
Planície da Serra	168
Porto Canoa	3.583
Porto Dourado*	-
Santa Rita de Cássia*	-
Serra Dourada I	3.638
Serra Dourada II	6.406
Serra Dourada III	5.326
Solar do Porto*	-
TOTAL	32.470

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.
*Os bairros que foram criados após o Censo 2000 não possuem valores populacionais.

Os bairros do território do CRAS de Serra Dourada em sua maioria são antigos, tendo sido constituídos como conjuntos habitacionais. Desta forma, ainda há uma predominância na região de casas com formato original, de alvenaria, com reboco, com saneamento básico (tratamento de água e esgoto), rede de iluminação e coleta de lixo.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é instituído como:

> "[...] unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social" (PNAS, 2004, p.29).

Para que os serviços sejam ofertados em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), deve-se passar essencialmente por:

> [...] acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa.

O CRAS de Serra Dourada funciona de segunda à sexta-feira, de 08 às 17 horas, em imóvel próprio da prefeitura composto de espaços destinados para recepção, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes.

O CRAS trabalha com equipe interdisciplinar composta por:

- 1 Coordenador (Assistente Social);
- 4 Assistentes Sociais;
- 1 Psicólogo;
- 1 Auxiliar Administrativo;
- 1 Auxiliar de Serviços Gerais;
- 1 Vigia ;
- 1 Merendeira;
- 3 Adolescentes Aprendizes;
- 2 Estagiários do Programa Bolsa Família (Cadastro Único);
- 3 Acadêmicos de Serviço Social;
- 1 Acadêmico de Psicologia.

Além desta equipe mencionada acima, existe também dentro do CRAS de Serra Dourada uma equipe que trabalha especificamente com o Programa Incluir[39], programa esse que foi caracterizado no capitulo anterior.

- 1 Assistente Social
- 1 Psicólogo

Os atendimentos técnicos no CRAS são realizados a partir dos serviços de orientação e acompanhamento oferecidos, sendo estes com técnicos de serviço social e psicologia, para o indivíduo ou para a família, de forma individual ou coletiva.

A família que procura os atendimentos do CRAS pela primeira vez é orientada a participar do grupo de acolhida, conforme sua demanda, com agendamento prévio para que o usuário seja melhor atendido. Para as famílias já cadastradas no CRAS, seu retorno é realizado por agendamento técnico ou inscrição nas demais atividades de acompanhamento. As atividades em grupo, em sua maioria de convivência ou motivacionais, foram formados a partir de demandas identificadas no próprio território, no movimento de articulação com a rede local.

Do ponto de vista dos projetos e ações desenvolvidos no CRAS de Serra Dourada[40], tem-se:

- **Grupo de Crianças (Ciranda-Cirandinha):** Iniciada as atividades no Centro de Referência de Assistência Social de Serra Dourada, a equipe técnica pode constatar a presença de muitas famílias constituídas de crianças vivenciando diferentes conflitos familiares. Estes, em sua maioria associados à falta de limites e a fragilidade dos vínculos familiares. Diante desta constatação foi formado o grupo para crianças, com o objetivo de possibilitar um espaço de interação entre pais e filhos e o fortalecimento dos vínculos familiares pela via do lúdico (brincar) e do conto de histórias. O presente grupo tem como público

[39] Esse programa foi conceituado no item 4.2.4 deste trabalho.
[40] Em relação aos principais projetos e ações desenvolvidas pelo CRAS, todo o material apresentado foi coletado com a Assistente Social Coordenadora do CRAS de Serra Dourada.

alvo as crianças de 06 a 09 anos e seus responsáveis, e ocorre quinzenalmente, na parte da manhã e da tarde, com inscrição prévia na recepção do CRAS. Cada grupo poderá ter até 20 crianças, além dos seus responsáveis, lembrando que a presença destes é uma pré-condição para a participação da criança no grupo, uma vez que o objetivo do trabalho depende desta relação.

- **Grupo de Adolescentes (Movimento Teen):** Consiste em grupos fechados de adolescentes de 12 a 15 anos, separados por sexo e acontecem quinzenalmente. Os grupos de adolescentes têm como objetivo principal, possibilitar um espaço de troca de informações, conhecimento e experiências relacionadas aos diferentes aspectos que norteiam a fase da adolescência. Partindo deste pressuposto, logo nos primeiros encontros, os adolescentes escolhem os temas (assuntos) a serem trabalhados ao longo do projeto.
- **Grupo de Mulheres (Espaço Mulher):** Tem como objetivo proporcionar um espaço de escuta, visando autonomia, profissional e social, paralelamente possibilitar o fortalecimento dos vínculos familiares.
- **Grupos de Idosos (De Bem Com a Vida):** O projeto visa resgatar a convivência social através das atividades socioculturais contribuindo com uma melhor qualidade de vida.
- **Grupo Produtivo – Rosa Dourada:** O grupo procura fomentar e desenvolver a economia solidária como uma alternativa de inclusão social, cooperativismo e geração de trabalho e renda.
- **Oficinas socioeducativas com técnicas de artesanato:** As oficinas socioeducativas foram desenvolvidas como ações seqüenciais aos grupos de acolhida e/ou aos atendimentos sociais, com atividades em que técnicas artesanais são ensinadas em um encontro (manhã ou tarde), associadas às reflexões temáticas e/ou conversas direcionadas à integração entre as famílias do CRAS e o técnico de referência. A maioria das famílias ou indivíduos atendidos apresentam algumas características relevantes, com dados que servem de referência até mesmo para o planejamento de ações do PAIF, bem como distinguem o usuário deste território específico. Família em situação de vulnerabilidade social, morador (as) do território de abrangência do CRAS, tendo prioridade os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do

Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esta instituição priorizou em 2012, de acordo com algumas demandas identificadas, o desenvolvimento das seguintes ações de acompanhamento: atividades em grupo, atendimentos técnicos individualizados e familiar, com profissionais de serviço social e psicologia, visita domiciliar, oficinas socioeducativas e cursos de inclusão produtiva.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 7) os usuários dos CRAS são:

> Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

O público-alvo do CRAS de Serra Dourada são famílias do seu território de abrangência, em especial, aquelas em situação de vulnerabilidade social, tendo prioridade os beneficiários do Programa Bolsa Família (BPF) e do Beneficio Prestação Continuada (BPC).

Sabe-se que as mulheres têm cada vez mais assumido suas famílias como chefes, mesmo que exista na composição familiar homens adultos, são as mulheres que se responsabilizam por questões e problemas familiares, bem como são prioridade para o governo nos programas federais. Sendo assim, é possível afirmar que o público do CRAS permanece em sua totalidade feminino refletindo uma realidade no país. Esta média vem se mantendo mês a mês, mesmo com a variação de número total de atendimentos conforme nos mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos usuários atendidos por gênero no CRAS de Serra Dourada

Fonte: Gráfico retirado do relatório do mês de julho do ano de 2012 da Instituição CRAS de Serra Dourada.

Em relação à faixa etária dos usuários do CRAS de Serra Dourada, de acordo com o relatório do mês de julho de 2012 da instituição, tiveram uma representatividade equilibrada, contudo, destacamos a permanente participação do público idoso no CRAS, com 21% do total. Na sequência estão os adultos entre 31 a 40 anos (20%), os de 51 a 60 anos (16%) e os de 25 a 30 anos (13%). As crianças e adolescentes, até 18 anos, e os jovens entre 19 e 24 anos, representaram 10% cada um conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Faixa etária dos usuários atendidos no CRAS de Serra Dourada

Fonte: gráfico retirado do relatório do mês de julho da Instituição CRAS de Serra Dourada.

É interessante destacar que os 21% de atendimentos a idosos em julho se referem a 53 idosos, dos quais: 27 são acompanhados mensalmente pela equipe técnica do CRAS; 14 foram cadastrados no CRAS no mês de julho de 2012, ou seja, acessaram pela primeira vez o CRAS; e 07 foram encaminhados ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para requerimento do Beneficio de Prestação Continuada (BPC). Estes dados são relevantes porque identificam que é um público assíduo no CRAS, não apenas no sentido de presença e quantidade, mas no que ser refere ao espaço como sendo de referência para o acesso à assistência social, na garantia dos seus direitos e convivência familiar e comunitária.

Considerando o território de abrangência com 11 bairros, os de maior incidência em atendimentos são em ordem decrescente: Serra Dourada II (122), Novo Porto Canoa, Serra Dourada I e Eldorado (70 cada um), Serra Dourada III (63) e Tubarão (48). O quantitativo relevante dos bairros Novo Porto Canoa e El Dourado confirmam a vulnerabilidade presente nestes locais. (LEMOS, 2012)

Veja o gráfico abaixo especificando os demais bairros e sua população em atendimento no CRAS:

Gráfico 3 – Distribuição dos usuários atendidos por procedência no CRAS de Serra Dourada

Fonte - gráfico retirado do relatório do mês de julho do ano de 2012 da Instituição CRAS de Serra Dourada.

No ano de 2012 foram ofertados diversos cursos e oficinas[41] para usuários do CRAS, cursos estes como de: patchwork, culinária, confecção de pufes com materiais recicláveis, confeitaria e etc. Os cursos possuem vagas preferenciais para beneficiários do PBF, pois acredita-se que o curso é uma geração de renda que possa a derivar.

Foi explicitado o número de Beneficiários do PBF do município em geral, não foi informado o número referente a beneficiários do PBF que são acompanha por este CRAS, pois não pôde ser contabilizado, porque a instituição possui um número de aproximadamente três mil cadastros, e não há esse controle especifico de quantas famílias são beneficiárias do PBF.

[41] Segundo a Cartilha de Orientações Técnicas sobre o PAIF, as oficinas podem agrupar tanto participantes com características homogêneas, quanto heterogêneas. Algumas temáticas podem ser melhores trabalhadas com participantes que enfrentam as mesmas situações, compartilham as mesmas experiências, facilitando, assim, a compreensão, o não julgamento e a expressão dos participantes. Já outras temáticas são mais bem trabalhadas quando os participantes apresentam pontos de vista diferenciados – enriquecendo as discussões e os processos reflexivos que envolvem as oficinas com famílias. Assim, a equipe técnica e o coordenador do CRAS devem, a partir das características dos participantes, das especificidades do território e da temática a ser abordada na oficina, escolher o grau de homogeneidade ou heterogeneidade que melhor potencializará o trabalho da oficina e alcance dos seus objetivos.

Tendo por base os dados apresentados neste item, consideramos que o CRAS é uma instituição que é responsável pelo acompanhamento das famílias que são beneficiárias do PBF, e como citado acima podemos afirmar que as famílias atendidas pelo CRAS são em sua maioria chefiadas por mulheres, compatibilizando com os dados das famílias beneficiárias pelo PBF.

5.3 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA (ES)

O município de Cariacica criado em 1890, está situado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no Estado do ES. O município possui a terceira maior população dentre todos os municípios capixabas correspondente a 348.738 habitantes de acordo com dados do IBGE 2010, dentre esta população, 169.958 são homens e 178.780 são mulheres. A área da unidade territorial do município é de 279,98 Km², deste total, 151 km² correspondem à área rural, 124,05 km² à área urbana, e 4,92 km2 à área de limites costeiros (PMC, 2011), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,75 (IBGE, 2010).

Cariacica se fez um município com uma miscigenação própria do nosso país, de origem indígena e com influências nas culturas negra e européia. Segundo os antigos habitantes, o nome surgiu da expressão “Cari-jaci-caá”, utilizada pelos índios para identificar o porto onde desembarcavam os imigrantes. Sua tradução é “chegada do homem branco”.

Outra denominação da origem do nome do município parte segundo a revista Cariacica em Dados (2011, p. 12):

> O município de Cariacica tem a origem do seu nome do tupi-guarani: caria ou carie, que significa “estrangeiro” ou “estranho”, e cica, “que aparece, que chega de fora”. Inicialmente, o município era conhecido como Carijacica, o mesmo nome dado a um rio que descia do monte Mochuara. Era habitado por índios tupiniquins e uma minoria dos índios goitacazes e aimorés.

Entre 1940 até 1960, Cariacica deixou de possuir uma população totalmente concentrada na zona rural e passou a aumentar o número de habitantes e imigrantes na zona urbana que procuravam condições melhores de vida e trabalho. A motivação do crescimento populacional decorreu da instalação de projetos

industriais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), e a inauguração do Porto de Tubarão (CARIACICA, 2012).

Isso fez com que as empresas precisassem investir em infra-estrutura básica para os trabalhadores, como habitação, transporte e alimentação o que não aconteceu com planejamento de futuro, a população então se fixou nesse aglomerado da Grande Vitória. Com a inauguração do Porto e o aumento desenfreado da população, Cariacica passou a ser uma área de concentração de reserva de mão de obra, pois o foco da industrialização foi desviado para os municípios de Serra e Vitória, que passaram a oferecer melhores atrativos para a fixação das indústrias em seus territórios (CARIACICA, 2012).

Entre 1970, o município passou a sofrer com o desaquecimento de sua economia obtendo consequências negativas, acarretando no desenvolvimento do município. Com a diminuição da oferta de trabalho, houve uma intensificação e um processo de ocupação desordenada do território, houve aumento do número de favelas, e o surgimento de loteamentos clandestinos e ocupação irregular (CARIACICA, 2011).

Os moradores por várias vezes receberam ordens de despejos e tiveram seus barracos destruídos, na esperança de conseguirem conquistar seu espaço, persuadiram em seus protestos e conseguiram que o governo do Estado criasse uma lei estadual para assentar todas as famílias. O Estado então fez a doação de uma fazenda conhecida como “Fazenda Itanhenga” e dividiu alguns lotes entre as famílias (CARIACICA, 2011).

O impacto social e ambiental causado nessa época tomou proporções tão elevadas que as consequências, tão eminentes no presente, são devastadoras: aumento da violência, falta de infraestrutura básica (abastecimento de água, saneamento básico, atendimento médico, transporte e acesso à educação) e miséria decorrente da diminuição da produção rural sem que as devidas condições tivessem sido criadas para o desenvolvimento urbano (CARIACICA, 2011) .

Cariacica passou a ser visto, como “o espaço dos rejeitados”. Além de precárias condições de habitação, falta de empregos e baixa autoestima, a população cariaciquense se deparava com mais um problema: a instabilidade política. Entre os anos de 1970 e 2000, ou seja, em 30 anos, o município obteve 19 mandatos de prefeito e uma longa história de corrupção política e desmandos, o que pode influenciar no crescimento e melhoria da cidade (CARIACICA, 2011).

A partir de 2005, Cariacica passou a tomar novos rumos, com a ampliação dos recursos para as políticas sociais, principalmente a educação, o investimento em infraestrutura urbana e mobilidade, o fortalecimento das micro e pequenas empresas e atração de novos empreendimentos visando desenvolvimento econômico do município e a modernização da gestão pública com melhoria da infraestrutura física, tecnológica e implementação de medidas para ampliar a gestão participativa e o controle social, apesar do município ainda ter muito o que se fazer (CARIACICA, 2011) .

Atualmente a economia do município é integrada pelos setores moveleiros, confecção e metal-mecânico. O Produto Interno Bruto (PIB) de Cariacica é composto em sua maioria pelo setor de comércio e serviços, responsável por quase 70% do total do valor agregado de todas as atividades econômicas, as atividades de comércio e reparação de veículos, transporte e indústrias de transformação são as mais significativas com relação à geração de emprego (CARIACICA, 2011).

Mesmo possuindo uma população predominantemente urbana, a área rural do município representa aproximadamente 54% da área total municipal, com a existência de atividades econômicas ligadas ao setor agrário (CARIACICA, 2011).

Cariacica situa-se a oeste do canal da Baía de Vitória, fazendo fronteira com Serra e Santa Leopoldina ao Norte, Viana ao Sul, Vitória e Vila Velha ao Leste e Domingos Martins e Viana ao Oeste. O município encontra-se às margens de duas rodovias federais: a BR 101 e a BR 262, da Rodovia Estadual ES 080, além de duas ferrovias a Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Santa Leopoldina. Conforme o mapa do município:

Mapa 1 – Cariacica e bairros, e municípios vizinhos

Fonte: mapa retirado da revista Cariacica em Dados, ano 2011

5.4 CAMPO DE PESQUISA: CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) DE CARIACICA (ES)

O presente capítulo, descreve características específicas do campo de pesquisa Central de Cadastro Único, trazendo uma pequena abordagem sobre o período inicial onde foram registradas as primeiras atividades, a composição da equipe, alguns dos encaminhamentos aos serviços relacionados ao CadÚnico, finalizando com a relação dos bairros atendidos de acordo com a área de abrangência desta

Central e um quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico e atendidas pelo PBF no município.

A Central de Cadastro Único (CadÚnico) é um órgão municipal da prefeitura de Cariacica, alocado na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que compõe a rede de serviços de Proteção Social Básica.

No município de Cariacica há registros de atividades da Central a partir do ano de 2008. Entretanto, conforme relato de profissionais, o cadastramento das famílias para acesso a Programas, como o Bolsa Família, já era realizado anteriormente desde 2005, todavia, não houve sistematização das atividades realizadas antes desta data.

Desde o ano de 2008 a Central de Cadastro Único é coordenada por profissionais de Serviço Social. Entretanto, o setor de Serviço Social da Central teve um processo de estruturação a partir de agosto de 2010, iniciando um projeto de organização e sistematização das atividades e competências do setor.

Atualmente, a equipe da Central de Cadastro Único é formada por um Coordenador (Assistente Social), dois assistentes sociais, um assistente administrativo que atua como supervisor de cadastramento, cinco auxiliares administrativos (entrevistadores) que cuidam do cadastramento, uma recepcionista, um técnico de informática, dois estagiários de ensino médio e duas estagiárias de Serviço Social, além da equipe também contar com os entrevistadores dos CRAS do município.

A Central de Cadastro Único realiza o cadastramento das famílias com renda per capita de meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários para viabilizar o acesso aos serviços relacionados ao cadastro, tais como: encaminhamento para a Tarifa Social de Energia Elétrica conforme a Lei nº 10.438/02; encaminhamento para a Tarifa Social de Água; encaminhamento para Tarifa Social de Telefone conforme Resolução n° 586, de 5 de abril de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações, Emissão da Carteira do Idoso Interestadual conforme institui a Lei federal nº 10.741; encaminhamento para a Isenção de taxa de Concurso Público conforme Decreto

6.593/08 regulamentado pela Lei 8.112/90; redução na taxa de Contribuição do INSS para donas (os) de casa conforme Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 e o Programa Bolsa Família (PBF) instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

Além da assessoria aos serviços relacionados ao Cadastro Único realizados nos 8 CRAS do município, a equipe do Cadastro Único também realiza atendimento às famílias residentes nas regiões que ainda não são atendidas pelos CRAS.

Atualmente o município de Cariacica possui 8 CRAS dentre eles estão:

- Porto Novo,
- Padre Gabriel,
- Campo Verde,
- Alto Mucuri,
- Nova Rosa da Penha,
- Campo Grande,
- Bela Aurora,
- Rio Marinho

Vale destacar que a gestão de condicionalidades, primordialmente o julgamento de recursos em relação às sanções que ocorrem no não cumprimento das condicionalidades do PBF no município de Cariacica somente é realizada nesta Central (RIBEIRO, 2011).

Seguem os nomes do bairros atendidos de acordo com a área de abrangência da Central: Alto Boa Vista, Alto Lage, Chácara Maria Helena, Expedito, Itaquari, Morro da Companhia, Sotema, Campina Grande, Campina Verde, Campo Novo, Chácara Campo Novo, Chácara Parque Gramado, Chácara Sol da Manhã, Colina, Estrela Dalva I e II, Estrela do Sul, Flor do Campo, Jardim Campo Grande, Parque Gramado, Residencial Colina, Santa Bárbara, Santo André, São Vicente, Tiradentes, Vila Nova, Vila Rica,Duas Bocas, Morro do Óleo, Patioba, Sertão Velho,Alegre, Boa vista, Encantado, Mumbeca (Quitungo velho), Mungumbá, Roda

D'Água,Taquaraçu,Azeredo, Trincheira, Boca do Mato, Cangaíba, Moxuara, Roças Velhas, Aritoá, Destacamento de baixo, Destacamento de Cima, Cachoeirinha, Maricará, Sabão, Capoeira Grande, Ibiapaba II, Biririca, Boqueirão, Pau Amarelo e Taquaruçu, totalizando 56 bairros.

De acordo com os dados informados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), no município de Cariacica, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2012 era de 34.169, já o número de pessoas cadastradas era de 115.338 dentre as quais:

- 15.314 com renda per capita familiar de até R$70,00;
- 26.975 com renda per capita familiar de até R$ 140,00;
- 32.878 com renda per capita de até meio salário mínimo.

Em resumo, o PBF beneficiou, no mês de setembro de 2012, 16.805 famílias, representando uma cobertura de 81,5 % da estimativa de famílias pobres no município. O capítulo 6 irá expor com maior detalhamento a cerca de dados cadastrais dos municípios de Serra e Cariacica já apresentados.

6 ANALISANDO AS ESTRÁTEGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PERIODO DE BLOQUEIO DO BOLSA FAMILIA

Neste capítulo será apresentado o resultado da pesquisa realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada, situado no município de Serra (ES), e na Central de Cadastro Único (CadÚnico), situado no município de Cariacica (ES).

Através dos dados coletados na pesquisa, foi possível traçar um pequeno perfil socioeconômico das famílias dos usuários atendidos nos municípios de Cariacica e Serra. Em relação ao roteiro utilizado na pesquisa empírica foi possível analisá-lo através de 3 (três) categorias de análise a saber: 1) tempo de permanência dos usuários no PBF e conhecimento sobre as condicionalidades; 2) o poder de compra das famílias e as principais dificuldades encontradas no período de bloqueio do benefício e; 3) as estratégias utilizadas pelos usuários no momento de bloqueio do PBF.

Nesta pesquisa foram entrevistados de 5 (cinco) Responsáveis Familiares (RFs) atendidos por cada campo de pesquisa, com bairros distintos respeitando a área de abrangência de cada um.

Os dados gerais a seguir serão apresentados levando em consideração ambos os municípios, somente quando houver diferenças ou necessidade de destaque de informação de algum dos municípios isoladamente este será colocado em evidência havendo comparação.

6.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS USUÁRIOS ENTREVISTADOS NOS MUNICÍPIOS DE CARIACICA E SERRA

Em relação à faixa etária dos entrevistados, conforme gráfico 4 podemos identificar que as idades predominam entre 35 a 44 anos de idade, no município de Serra e Cariacica.

Gráfico 4 – Idade dos usuários entrevistados

Fonte: Dados coletados através de entrevistas realizadas com usuários do CRAS de Serra Dourada e Central de Cadastro Único. Elaboração própria.

Em relação ao gênero dos entrevistados do número total de 10 (dez) RFs o predomínio é do sexo feminino, houve apenas um do sexo masculino, munícipe de Cariacica, sendo que a transferência de titularidade do cadastro se deu por motivo de falecimento da cônjuge do entrevistado.

Observa-se que as famílias possuem em sua composição familiar de 4 (quatro) a 6 (seis) membros correspondendo um percentual de 60% (sessenta por cento) dos entrevistados.

O índice de desemprego é evidente atingindo 40% (quarenta por cento) dos entrevistados conforme gráfico 5. Estas famílias são chefiadas por mulheres que muitas vezes não possuem vínculos empregatícios com carteira assinada não sendo asseguradas pela previdência social o que fragmenta a situação de trabalho precário afetando diretamente na situação econômica da família, precisando em algumas situações participar de programas complementares.

O recebimento do recurso pela mulher pode lhe conferir mais visibilidade como consumidora, reforçando sua autoridade no espaço doméstico, mas isto é

decorrente muito mais do aumento relativo do seu poder de compra do que de mudanças substantivas na qualidade das relações de gênero. Na percepção das próprias mulheres, receber o benefício significa a expansão da “maternagem”, ou seja, o reforço do seu papel de cuidar dos filhos (AGENDE; NEPEM, apud FERREIRA, 2010, p.90).

Isso acaba por reforçar a predominância da cultura machista e patriarcalista, ao invés de contribuir para a sua desconstrução.

Gráfico 5 – Situação Empregatícia

Fonte: Dados coletados através de entrevistas realizadas com usuários do CRAS de Serra Dourada e Central de Cadastro Único. Elaboração própria.

Foi constatado pelas entrevistadoras que algumas famílias, possuem perfil para inclusão em programas complementares[42] como, por exemplo: BSP “Brasil Carinhoso” e Programa Bolsa Capixaba. Mas declararam não receber nenhum benefício além do PBF.

A tendência em desenvolver programas complementares com iniciativa de estados e municípios ostenta um desenvolvimento econômico com objetivo de aumentar o valor monetário dos benefícios uma vez que os indicadores de várias pesquisas realizadas afirmam que o valor do beneficio é insuficiente (SILVA, 2004, p. 204).

[42] Para maior detalhamento sobre os programas complementares verificar o capitulo 4, item 4.2.4.

Uma das hipóteses levantadas pelas pesquisadoras pela não inclusão dos usuários entrevistados neste programas complementares pode vir a ocorrer devido: A falta de acompanhamento dos técnicos do PBF, pelo acúmulo de trabalho e número reduzido de profissionais que não dão conta de atender toda a demanda existente, ou então pela não vinculação dos sistemas CadÚnico e SIBEC, visto que o cadastro das famílias atendidas estavam atualizados e os programas citados Brasil Carinhoso e Programa Bolsa Capixaba são atuais.

Para delinear uma questão que nos chamou atenção ainda com a categoria situação empregatícia, destacamos a resposta que obtivemos ao questionar uma entrevistada no município da Serra, com a seguinte pergunta: “O Sr.(a) realiza alguma atividade remunerada? Em caso afirmativo, qual?”.

> *“Não realizo, pois não tenho com quem deixar as crianças, eu trabalhava, mas fui mandada embora, mais também saía mais caro pagar a creche.” (Beija-flor).*

A oferta de creches é uma excelente política pública de inclusão social, pois promove o acesso a alimentação adequada das crianças e permite que os pais trabalhem sem que deixem os filhos expostos a situações de vulnerabilidade social, aos cuidados de terceiros ou na situação de ficarem sozinhas.

Parte desta análise, a necessidade de investimento do Governo municipal em creches, pois dessa forma pode-se amenizar a realidade das mães que se encontram fora do mercado de trabalho e chefiam família.

Em relação à renda familiar, conforme exposto no gráfico 6 que se encontra abaixo, mostra que a renda dos entrevistados gira em torno de um até dois salários mínimos, sendo que no município de Serra dos 5 (cinco) entrevistados 3 (três) responderam possuir até um salário mínimo de renda, já no município de Cariacica dos 5 (cinco) entrevistados 3 (três) responderam possuir até dois salários mínimos de renda, sendo que em algumas situações a renda decorre do BPC.

Gráfico 6 – Renda Familiar

Fonte: Dados coletados através de entrevistas realizadas com usuários do CRAS de Serra Dourada e Central de Cadastro Único. Elaboração própria.

Ainda em relação a renda das famílias consideramos necessário destacar a realidade apresentada por uma RF durante a coleta de dados:

> *"Sou ASG recebo o mínimo mesmo ainda vem cheio de desconto, ai vai pra 490,00 reais e meu contrato só vai até dezembro" (Canário).*

Pochmann citado por Ferreira (2010), diz que mesmo com os últimos ajustes no salário mínimo nacional, considerado em alguns estudos como um dos fatores que vêm determinando a redução da pobreza no país este está muito aquém de atender às necessidades básicas das famílias brasileiras. Não atendendo o conceito de Salário Mínimo prescrito na Constituição Federal Brasileira de 1988, a saber:

> Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (CFB, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

Mesmo com renda familiar variando entre um e dois salários mínimos as famílias responderam que não conseguem suprir suas necessidades humanas básicas, como alimentação, higiene, vestuário, transporte e etc. Isto porque para a inclusão no beneficio é calculado a renda bruta, sem considerar os descontos, também não

são consideradas as particularidades das famílias, seus gastos cotidianos, suas necessidades, se possuem moradia ou residem de aluguel, dentre outras; o que importa é que elas não possuam renda individual superior a R$ 2,33 (reais) por dia.

6.2 O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PBF E O CONHECIMENTO SOBRE AS CONDICIONALIDADES

Em relação ao tempo de permanência no programa, verificamos que a renda das famílias dos usuários entrevistados não é suficiente para a emancipação e desvinculação do beneficio do PBF, fazendo com que a permanência no programa seja prolongada por vários anos, conforme afirma o gráfico 7.

Gráfico 7 – Tempo de Permanência no Programa

Fonte: Dados coletados através de entrevistas realizadas com usuários do CRAS de Serra Dourada e Central de Cadastro Único. Elaboração própria.

Conforme apresentado no capitulo 4 item 4.3.2 que delineia as condicionalidades do PBF[43], para que a família permaneça no programa é necessário que haja o cumprimento de condicionalidades, na área da educação garantido a freqüência

[43] Para maior detalhamento consultar o capítulo 4 item 4.3.2.

escolar das crianças, na saúde garantindo a pesagem e vacinação dos menores de sete anos e quanto as gestantes realizando o acompanhamento do pré-natal, já na assistência social atualizar o CadÚnico de acordo com a exigência de cada município e as famílias que possuem perfil manter o acompanhamento familiar.

Nesse sentido, concordamos com a discussão apresentada por Cunha 2009, onde a autora destaca que as condicionalidades estão associadas a políticas universais garantidas pela Constituição Federal (CF) de 1988, entretanto em contrapartida ao compromisso da família em cumprir essas condicionalidades, é preciso que o poder público assegure e garanta a oferta dos serviços de saúde, educação e assistência. Como o próprio governo federal afirma que as condicionalidades devem ser entendidas como reforço de direitos de cidadania e reforço do direito de acesso conforme prevê a CF defendemos a ideia de que só se pode haver a exigência de tal compromisso se houverem ofertas de qualidade desses serviços e a garantia desse acesso.

Outro ponto importante que consideramos para que se possa exigir das famílias beneficiárias pelo PBF o cumprimento das condicionalidades, é que elas tenham conhecimento sobre as condicionalidades. Como é possível verificar no gráfico 7, os usuários em sua maioria estão no programa há mais de cinco anos e muitos não possuem conhecimento sobre as condicionalidades. Isso se afirma com os depoimentos abaixo citados em relação ao conhecimento sobre as condicionalidades do programa.

> *"Não sabia até antes da palestra (referindo-se a palestra ministrada no CRAS), nossa depois de sete anos que eu fui saber que tinha esses negócios (risos)" (Sabiá.)*
>
> *"Não sabia quando eu fiz o Bolsa família não fui orientada" (Arara.)*
>
> *"Nunca ouvi falar, nem sei o que é isso" (Pardal).*

Apenas uma entrevistada soube responder superficialmente sobre as condicionalidades:

> *"Me falaram que tinha que levar no posto e também esse negócio de falta mais não sabia muito bem" (Calopsita.)*

Conclui-se então, que as respostas obtidas nos depoimentos apresentados se devem ao fato de que os usuários entrevistados que possuem maior tempo de permanência no programa não passaram pela palestra informativa oferecida pelas instituições, por este motivo não tem conhecimento sobre as condicionalidades. A palestra informativa possui o objetivo de informar sobre o cumprimento das condicionalidades, os valores do benefício e os critérios de inclusão no PBF e demais programas oferecidos pelos governos onde se faz necessária a inclusão no CadÚnico.

Já a entrevistada que respondeu superficialmente ter conhecimento sobre as condicionalidades, é beneficiária há menos tempo pelo programa e afirmou ter passado pela palestra informativa ao ser incluída no CadÚnico e PBF.

Consideramos que seja necessária a implementação de ações de divulgação como, por exemplo, o acontecimento de “uma reciclagem” convidando os usuários que possuem maior tempo de permanência no PBF, para palestras informativas com vistas a informar sobre as condicionalidades, também pode ser utilizado os meios de comunicação como comerciais em televisão, rádios, pois nem todos os usuários atendidos pelo programa são alfabetizados.

Gráfico 8 – Consciência sobre o motivo de bloqueio do benefício

Fonte: Dados coletados através de entrevistas realizadas com usuários do CRAS de Serra Dourada e Central de Cadastro Único. Elaboração própria.

O gráfico 8 demonstra os motivos de bloqueio do PBF, o motivo que apresentou maior índice, foi à falta de conhecimento dos usuários a respeito das condicionalidades, em segundo lugar o descumprimento de condicionalidades foi no que se refere a falta de atualização cadastral por parte do município da Serra, já em último lugar mas com considerável número de descumprimento foi a respeito da educação havendo empate entre os municípios.

Assim em resposta ao objetivo específico desta pesquisa, sendo este: discutir e analisar as principais situações que ocasionam o bloqueio do Programa Bolsa Família dos municípios de Cariacica e Serra, dos usuários dos serviços da Central de Cadastro Único e do Centro de Referência e Assistência Social de Serra Dourada, obtivemos como respostas de acordo com dados das entrevistas realizadas que o motivo principal que ocasiona o bloqueio do PBF no município de Cariacica é o desconhecimento das condicionalidades do PBF, no município da Serra, foi a falta de atualização cadastral. Vale destacar que os usuários entrevistados no município da Serra participaram de uma palestra informativa antes de serem entrevistados, podendo afetar diretamente nas suas respostas quanto ao conhecimento das condicionalidades.

6.3 O PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE BLOQUEIO DO BENEFÍCIO

Apesar do PBF permitir que as famílias inscritas no programa obtenham um aumento no poder de consumo e compra de materiais, é importante destacar que as famílias utilizam primordialmente o beneficio para aquisição e consumo de bens não duráveis como: alimentos, material escolar, compra de vestuário, pagamento de contas de água e energia, compra de gás, compra de medicamentos e serviços de saúde.

Os RFs ao serem questionados sobre o que costumam comprar com o dinheiro que recebem do benefício, responderam:

> *“Compro caderno lápis, borracha, alimentação menos carne porque é caro, gás, leite, pago energia” (Araponga).*
>
> *“Gasto com saúde, dentista, vou colocar aparelho na menina, é pouco, mas se é para usar com a criança vou usar com a criança” (Beija-flor).*
>
> *“Mantimentos da casa, ajudava a pagar luz e água e agora (se referindo ao beneficio bloqueado) não estou mais pagando ta no gato” (Andorinha).*
>
> *“Material escolar, remédio, supermercado, remédio nem sempre tem no posto” (Gavião).*

As dificuldades encontradas pelas famílias no momento do bloqueio do PBF são diversas, desde o acesso aos serviços oferecidos pela política de assistência social, já que precisam adquirir e ter gastos com a passagem para chegarem até as instituições, até a total falta de alimentos, sendo necessário recorrer à ajuda de parentes, amigos e vizinhos quando ocorre a falta de cestas de alimentos nas instituições.

Isso se afirma nas considerações realizadas pelos próprios usuários quando citam as dificuldades encontradas no momento de bloqueio evidenciando:

> *“A maior dificuldade foi na alimentação porque fui tirar confiando no dinheiro e já tava bloqueado” (Papagaio).*
>
> *“Muita coisa mudou porque tenho que pedir ajuda a minha filha casada pra comprar material escolar das crianças. Antes com o Bolsa Família eu juntava minha quinzena e comprava as coisas que estava faltando, porque o meu salário é muito pouco para quatro pessoas, o Bolsa Família me ajudava muito mas acho que não consigo mais receber pelo que você explicou na palestra sobre a renda, não sei o que vou fazer agora” (Pardal).*
>
> *“A parte da alimentação, tive que comprar fiado, porque o pagamento não deu, vou ter que pagar juros, alimentação gasta muito porque eles pedem, são crianças vêem as outras criancinhas com iogurte e pedem (choro)” (Sabiá).*

Não basta o programa garantir o acesso ao alimento e aquisição de outros materiais sendo que este não garante e não oferece condições para que haja autonomia destas famílias que se encontram nessa situação.

A manutenção familiar deve estar relacionada à garantia de condições excelentes de vida considerando alimentação, higiene, saúde, educação, previdência, moradia, transportes, vestuário, lazer, etc. conforme preconiza o artigo 6º da CF de 1988 que diz:

> São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2012, p. 10).

A garantia de melhores condições de vida para os beneficiário é árdua, mas imprescindível, é de extrema importância que ocorra a articulação entre as ações das políticas públicas de forma eficiente e contínua sem fragmentação e fragilização das políticas que precisam caminhar sempre juntas para o desenvolvimento de ações que busquem o desenvolvimento e emancipação do indivíduo como um todo.

6.4 ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO APRESENTADAS PELAS FAMÍLIAS NO PERÍODO DE BLOQUEIO DO BOLSA FAMÍLIA

Durante o período de bloqueio do PBF as famílias precisam adquirir meios e estratégias para prover sua manutenção e sustento, uma vez que, como já citado anteriormente no capítulo 4 desta pesquisa, o benefício quando encontra-se bloqueado fica retido por 30 dias, já nos casos de suspensão o período é de 60 dias.

Em relação a identificação das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias no momento do bloqueio do PBF, objetivo geral desta pesquisa, obtivemos as seguintes respostas:

> *“Faço serviços extras, como capinar quintal” (Sabiá).*
>
> *“Recebendo ajuda de vizinhos e amigos, e do plantão social” (Calopsita).*
>
> *“Pego emprestado com a sogra, tios, parentes” (Pardal).*
>
> *“Em dezembro sai do emprego e em janeiro o Bolsa Família foi bloqueado mais graças a Deus meu filho conseguiu o estágio, ele que está sustentando a casa” (beija-flor).*
>
> *“Economizando, nada de comprar coisas sem necessidade” (Andorinha).*

> *“Agora estou fazendo faxina, mas tenho fé em Deus que vou conseguir um emprego certo” (Araponga).*
>
> *“No momento só to me virando é com a pensão alimentícia mesmo” (Papagaio).*
>
> *“To comprando fiado e nem sei se vou conseguir pagar” (Arara).*

Partindo das respostas obtidas neste estudo, foi possível responder outro objetivo especifico sendo este: identificar como as famílias se organizam para garantir a obtenção de renda durante o período de bloqueio, através da análise das entrevistas obtivemos como resultados, que as famílias possuem como estratégias o trabalho informal e o empréstimo de dinheiro com terceiros.

O trabalho informal foi apresentado em destaque como uma das estratégias das famílias no momento do bloqueio do PBF. Partimos do pressuposto que esta estratégia de manutenção (trabalho informal) se destacou devido esse tipo de trabalho “não exigir uma qualificação profissional” isso reflete o perfil dos beneficiários, porém, em contrapartida ele não assegura os direitos trabalhistas existentes como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria etc.

Nota-se que é de grande importância a realização de acompanhamento social familiar permanente e oferta de serviços de inclusão produtiva como: oficinas e cursos. No município da Serra os usuários tiveram uma “saída” que foi a oferta de uma oficina para mulheres, como podemos observar na fala de uma RF:

> “Vou começar a fazer mais artesanatos a galinha de peso de porta que aprendi aqui no CRAS, pra vê se ganho mais”. (Gavião)

O curso permite que os usuários tenham uma possibilidade de inclusão no mercado de trabalho e obtenção de uma renda que pode acrescer no orçamento familiar, uma vez que, os materiais utilizados no curso são oferecidos pelos CRAS gratuitamente não havendo gastos no momento da aprendizagem.

Vale lembrar, que ao lado desses resultados positivos destinados ao incremento da renda familiar por meio dos cursos e estímulos a atividades econômicas e acesso ao emprego, estes nem sempre vêm apresentando resultados significativos até o momento, isto se dá devido a diversas limitações, dentre elas condições sociais e

psicológicas que o usuário encontra, tendo como exemplo: a impossibilidade de acesso do usuário até o local que oferece o curso, nem sempre o curso ofertado é de interesse de um número significativo de usuários, a renda do beneficiário não permite que sejam adquiridos os equipamentos necessários para que haja continuidade do serviço dentre outras situações.

Um dos objetivos do PBF é “criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios” (BRASIL, 2012). Partindo da ideia de que os programas de geração de trabalho e renda são fragilizados e que a existência destes são necessárias podemos confirmar com o que diz Silva (2004, p. 201):

> Essa intencionalidade, para que seja materializada, requer que se priorize e democratizem os programas e serviços sociais básicos, o que significa alterar o quadro conjuntural contemporâneo, dando lugar para que uma política de crescimento econômico, de geração de emprego e de distribuição de renda seja articulado a Política Social. [...] Isto é, articular programas de transferência monetária com serviços e programas sociais básicos significa também elevar o padrão e democratizar o acesso desses programas e serviços para toda a população que deles necessite.

Sugerimos para os dois municípios essa estratégia de articulação, assim como a necessidade de influenciar a criação e o desenvolvimento de cooperativas incentivando o empreendedorismo, também é importante a oferta de crédito aos beneficiários de forma a permitir o desenvolvimento da comunidade local, e a valorização principalmente das mulheres que buscam atividades de apoio à renda familiar, possibilitando que as famílias tenham seus próprios recursos garantidos através da produção de seu trabalho, não precisando de programas sociais de transferência de renda, garantindo a rotatividade dos beneficiários dos programas evitando a inércia de vários anos recebendo o mesmo benefício, sem oportunidades e meios para deixar de precisar deste.

Para finalizar, a partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas, consideramos que o valor que o PBF repassa para os seus beneficiários não é suficiente para a manutenção das famílias, não atingindo um dos seus principais objetivos sendo este: “criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares [...]”.

Em relação às condicionalidades do programa interpretamos que não deveriam ocorrer sansões no benefício, já que os usuários não possuem conhecimento do cumprimento destas, um lado positivo que encontramos foi que as condicionalidades proporcionam um maior acesso dos usuários as políticas de saúde e educação.

Lembramos que as críticas realizadas neste estudo são construtivas. Há de se admitir a importância do PBF, pois este se torna indispensável, por ser na maioria das vezes o único meio de sustento de algumas famílias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas conclusões neste trabalho reafirmando que este estudo acerca das estratégias de manutenção das famílias no período de bloqueio do Programa Bolsa Família não deve se esgotar apenas em um trabalho de conclusão de curso, uma tese ou artigo científico, partimos da idéia que a situação de vida, o perfil das famílias atendidas pelos programas de transferência de renda, e suas limitações assim como os limites dos programas são dialéticos, uma vez que tratamos de análises subjetivas, onde mudanças acontecem constantemente. Dessa forma, pretendemos destacar alguns pontos importantes que encontramos através dos resultados obtidos neste estudo, uma vez que não é possível pontuar por completo os aprendizados, as indignações que obtivemos durante a realização da pesquisa.

Discorrer a respeito das estratégias de manutenção das famílias no período de bloqueio do programa bolsa família nos foi uma opção teórico-metodológica tanto para dar visibilidade em questões que não são possíveis de serem visualizadas através das informações contidas nos dados do formulário do Cadastro Único (CadÚnico) ou apenas em um atendimento social, tanto para questões que não são consideradas pelos gestores do programa.

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 203 que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar [...]”, parte-se daí a ideologia neoliberal que visa políticas públicas focalizadas, seletivas e pulverizadas, onde prioriza-se as políticas dos “mínimos sociais”.

Considerando o contexto sócio-histórico mundial e nacional, em que as políticas sociais estão pautadas pela focalização, o Programa Bolsa Família (PBF) não inova, apenas executa essa tendência, tanto é que os valores do benefício ainda não se adaptaram ao valor do novo salário mínimo. Os valores do benefício não são suficientes para a manutenção das famílias, os valores repassados pelo PBF são irrisórios, apesar de em alguns casos ser o único meio de sustento das famílias, este valor é apenas um incentivo, para suprir o básico do básico.

Acreditamos que para inclusão de uma família no PBF não deveria ser considerado apenas a renda per capita, mas sim ser avaliado todo o contexto familiar, as condições sociais, como por exemplo, se as famílias possuem residência própria, condições de moradia, presença de pessoa com deficiência, idosos, famílias chefiadas por mulheres. Consideramos a renda per capita estabelecida pelo programa muito baixa o que muitas vezes torna-se empecilho para que os membros da família insiram-se em atividades remuneratórias, com medo de perder o benefício do governo.

Há de se admitir a importância do benefício para muitas famílias, que através de suas condicionalidades muitos passaram a participar, a ter acesso às políticas de saúde, educação. Entretanto, o PBF não deveria constituir-se como um fim, mas como meio, ou seja, deve-se pensar em estratégias que promovam a emancipação destas famílias, como escolarização, profissionalização, parcerias com empresas para encaminhamento ao mercado de trabalho, habitação, entre outros. O repasse do benefício às famílias deveria ter início, meio e fim, incentivando-as para conquista de sua autonomia financeira.

A insuficiência das políticas públicas e a limitação de recursos para garantia de soluções individuais no consumo de bens e serviços fazem com que aconteça uma “rede de ajuda” entre parentes, amigos e vizinhos, e que os usuários busquem realizar trabalhos cada vez mais informais sendo excluídos de ter acesso aos direitos trabalhistas como aposentadorias, auxílio maternidades dentre outros.

Assim, pensamos que seja necessário dar ênfase em programas complementares como forma de incentivar as “portas de saída” por meio de práticas e projetos de inclusão produtiva. Esclarecemos que esta não é exatamente uma inovação, já que os planos e projetos especiais de qualificação são modalidades de intervenção que já integram os objetivos do governo, mas que esta prática ocorre de forma ainda tímida nos municípios onde foram realizadas as pesquisas.

Também é de extrema importância que a intersetorialidade entre as políticas aconteça de forma a dar acessibilidade aos beneficiários nas políticas de habitação, saneamento básico, dentre outros.

Desejamos que este estudo permita novas reflexões acerca do PBF, no intuito de aperfeiçoar os propósitos do programa de forma a garantir o exercício da cidadania e da inserção na sociedade de homens e mulheres como sujeitos de direitos, no usufruto de uma vida digna com base nos princípios de igualdade entre as pessoas e de erradicação da existência da fome que ocasiona a morte de várias pessoas no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 9-23.

ANDRADE, Fabricio Fontes de. **A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira**. Serviço Social Revista, v. 13, n.2, p. 19-44, jan.jun. 2011. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8110/9118 > Acesso em: 20 de abr. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social Fundamentos e história**. Biblioteca básica/Serviço Social. 3. ed. São Paulo:Cortez,2007.

BOSCHETTI, Ivanete,F.**Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo** .2 ed. Brasília : UNB, 2003.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Caixa - Bolsa Família**. Disponível em: < http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp > Acesso em: 16. nov. 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm > Acesso em: 15. nov. 2012

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf > Acesso em: 15. nov. 2012

BRASIL. **Lei n° 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Brasília 1993.

BRASIL. **Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Brasília 2011.

BRASIL. **Medida Provisória n°132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Convertida na Lei nº 10.836, de 2004. Diário Oficial da União [DOU] , República Federativa do Brasil,Poder Executivo, Brasília,DF, 21.out.2003 Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em: 10 abr. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família gestão de condicionalidades.** Brasília, (s.d).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Como Calcular a Renda Familiar Per Capita**. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calcular-a-renda-familiar-per-capita/?searchterm=renda%20per%20capita>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Legislação**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/legislacao-2b0-nivel/?searchterm=normas%20e%20decretos>. Acesso em: 19. nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Relatório de Informações Sociais**.Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#> Acesso em: 02. Out. 2012.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** . Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios > Acesso em : 20 abr. 2012

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades > Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Valor do Benefício**. Disponível em: <www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor>. Acesso em: 04. Dez.2012.

BRASIL. **Norma Operacional Básica/ SUAS**. Novembro de 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. ed 1. vol. 1. Brasília, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência

Social, Novembro de 2004.

BRASIL. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde**, outorgado pelo Decreto n°93933 de 14 de janeiro de 1987. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, 16 de Outubro de 1996.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Texto da resolução n°109 de 11 de novembro de 2009. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010**, Dispõe sobre a Tarifa Social de energia elétrica. Brasília, 2010.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Resolução n° 586, de 5 de abril de 2012**, da Agência Nacional de Telecomunicações. Aprova o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial - AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, prestado em regime público.Diário Oficial da União [DOU], República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, nº68, s.1, p.96.Brasília, 2012.

BRASÍLIA (Distrito Federal).**Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003**.Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008**. Regulamenta o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal.Diário Oficial da União [DOU], República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, nº192, s.1, p.3. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal).**Lei nº 12.470 de 31 de agosto de 2011**.Dispõe sobre redução na taxa de Contribuição do INSS para donas (os) de casa. Brasília, 2011.

CARIACICA, Prefeitura Municipal de Cariacica, **Cariacica em dados indicadores socioeconômicos**, ago. 2011.

CUNHA, Rosani. **A garantia do direito à renda no Brasil**: a experiência do Programa Bolsa Família. 2008. Disponível em: < http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO_ROSANICUNHA.pdf>. Acesso em: 12. out. 2012.

CUNHA, R. **Transferência de Renda com condicionalidade:** A experiência do Programa Bolsa Familia, In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO, 2009.

ESPÍRITO SANTO (ES). Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Gerência de Proteção Social Básica. **Programa Incluir**. Vitória, 2012

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DE VITÓRIA. **Guia de Normalização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa:** apresentação de trabalhos acadêmicos, referências, citações e notas de rodapé e pôster. 4 ed. Vitória, 2012.

FERREIRA, N.V. T. **Programa Bolsa Família:** o velho com novas roupagens Dissertação (Mestrado. Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES – ES), Espírito Santo, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloisa Mattos de. Estado e políticas (públicas) sociais. [S.l.:] **Cadernos Cedes**, v.21, n.55, p.30-41, nov.2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf > Acesso em: 20 de abr. 2012.

LEMOS, Lorena Torres de. **Plano de Estágio II do CRAS de Serra Dourada**, 2011,18p.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras editora, 1999.

NETO, Alyne Lages; TEIXEIRA, Caroline Roberta B. **Sistema de Informação na Assistência Social na região metropolitana da grande Vitória**. Faculdade Salesiana 2011. p. 24. Vitória 2011.

SANTANA, Jomar Álace**. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Revista Única, Belo Horizonte 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf+o+que+%C3%A9+um+programa+de+transferencia+de+renda&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShYJUcRHJNZWEtdOu4jG_3XNz8j3CR06oFAkMHI1w8be9wdKUt7xazfm_HjkNzdYpsQAkIlqbofvOB5BrRv-eG1aJNsgGmDztAjjSG0kuRZ3Yxbd0k3R4qXGFwEx8--47jNM_aV&sig=AHIEtbQdj2pKrwVxLliy5oIbh1cVnkEZ_Q > Acesso em: 23 abr.2012.

SERRA (ES). Prefeitura Municipal da Serra, **folha de pagamento do programa bolsa família**, jul. 2012.

SERRA (ES). Prefeitura Municipal da Serra, **Relatório Anual do Cras de Serra Dourada III**, jul. 2012.

SIQUEIRA, A. de O. **Programa Bolsa Família (PBF)**: autonomia ou legitimação da pobreza? Dissertação (Mestrado. Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, M. O. da S. e. **O Bolsa Família:** problematizando os limites da focalização e dos impactos para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Maranhão, p.1-12, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, A. et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania:** a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, P.A.P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de produção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Marciele Vieira. **Plano de Estágio II da Central de Cadastro Único do Município de Cariacica**, 2011,13p.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. **Pobreza absoluta** . Disponível em:< http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza_absoluta>. Acesso em: 12. nov.2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS

1) Qual sua idade?

2) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

3) O Sr.(a) realiza alguma atividade remunerada? Em caso afirmativo, qual?

4) Qual o número de pessoas que moram na mesma casa que você?

5) Qual a renda familiar (sem considerar o PBF)?

6) Há quanto tempo você é beneficiário (a) do PBF?

7) Qual o valor do benefício que a família recebe?

8) O Sr. (a) é beneficiário(a) de algum programa complementar?

( ) (BSP) Brasil Carinhoso ( ) Bolsa Capixaba

( ) Cesta Básica mensal ( ) não recebe

9) O Sr. (a) ou alguém que faz parte de sua composição familiar recebe algum outro benefício assistencial?

( ) BPC idoso ( ) BPC deficiente

( ) não recebe ( ) Outros _____

10) Você sabe qual deve ter sido o motivo do bloqueio do BF?

11) Você sabe o que significa condicionalidades do PBF?

12) O que você costuma comprar com o dinheiro do benefício?

13) Quais as dificuldades encontradas pela sua família no momento do bloqueio?

14) Como sua família faz para se manter no momento em que o seu benefício esta bloqueado?

APÊNDICE B

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Faculdade Salesiana de Vitória/ Inspetoria São João/ ISJB/ FSV

PROJETO DE PESQUISA

Título: AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO DO BOLSA FAMÍLIA DEVIDO DESCUMPRIMENTO DAS

Área Temática:

Pesquisador: Alaísa de Oliveira Siqueira **Versão:** 1

Instituição: Faculdade Salesiana de Vitória/ Inspetoria São João/ ISJB/ FSV **CAAE:** 06649212.8.0000.5068

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 81017

Data da Relatoria: 21/08/2012

Apresentação do Projeto:

O projeto ¿As estratégias de manutenção das famílias durante o período de bloqueio do bolsa família devido descumprimento das condicionalidades¿ da professora Alaísa de Oliveira Siqueira tem uma introdução é consistente, contextualizada da temática e demonstra a implicação das pesquisadoras.

Objetivo da Pesquisa:

O leitor ao contemplar o projeto consegue ter um bom panorama dos elementos e compreende a importância dos objetivos propostos no projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Há uma análise crítica da importancia da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia é clara, em todos os seus aspectos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto encontra-se devidamente preenchida.
Sobre TCLE, a presença de dois documentos: um para a participante e outra para entrevistado demonstra a preocupação com os aspectos éticos. Mas, precisa ser revisto, pois o nome da professora responsável é diferente da professora proponente.

Recomendações:

Sem recomendações;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está bem elaborado e apresenta os requisitos considerados na análise: folha de rosto completa, introdução consistente, objetivo geral adequado e objetivos específicos que sustentam o geral, justificativa e metodologia claras.
É preciso rever o nome do pesquisador responsável no TCLE.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Os relatores acordam com os expostos acima.

VITORIA, 23 de Agosto de 2012

Assinado por:
Fernanda Tonini Gobbi

Profª Fernanda Tonini Gobbi
Coordenadora do CEP
ISJB-FAC. CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

APÊNDICE C

APÊNDICE C
DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "As estratégias de manutenção das famílias durante o período de bloqueio do bolsa família devido descumprimento das condicionalidades. A ser desenvolvido pela pesquisadora responsável, a Profª Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira e pelas estudantes Lorena Torres de Lemos e Marciele Vieira Ribeiro no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra Dourada e ter ciência da aprovação do parecer ético emitido pelo CEP da Instituição Preponente: Faculdade Católica salesiana do Espírito Santo, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa no que tange a autorização para que as estudantes a buscarem e verificarem os cadastros dos usuários acompanhados por essa instituição e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar do(s) sujeito(s) de pesquisa nela indicados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Adriana Sales Carneiro
ASSISTENTE SOCIAL
CRESS 1542 17ª Região/ES

Centro de Referência de Assistência Social de Serra Dourada
Assinatura e Carimbo do responsável

APÊNDICE D

APÊNDICE D
DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "As estratégias de manutenção das famílias durante o período de bloqueio do bolsa família devido descumprimento das condicionalidades. A ser desenvolvido pela pesquisadora responsável, a Profª Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira e pelas estudantes Lorena Torres de Lemos e Marciele Vieira Ribeiro na Central de Cadastro Único para programas sociais do município de Cariacica e ter ciência da aprovação do parecer ético emitido pelo CEP da Instituição Preponente: Faculdade Católica salesiana do Espírito Santo, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa no que tange a autorização para que as estudantes busquem e verifiquem os cadastros dos usuários acompanhados por essa instituição e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar do(s) sujeito(s) de pesquisa nela indicados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
Bruna de Andrade Martins
Coord. da Central do
Cadastro Único / PBF
Matr: 110.428

Central de Cadastro Único para Programas Sociais de Cariacica
Assinatura e Carimbo do responsável

APÊNDICE E

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa cujo tema é “As estratégias de manutenção das famílias durante o período de bloqueio do bolsa família devido descumprimento das condicionalidades”.

Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Informações sobre a pesquisa

Titulo do projeto: “As estratégias de manutenção das famílias durante o período de bloqueio do bolsa família devido descumprimento das condicionalidades.

Pesquisador Responsável: Alaísa de Oliveira Siqueira
Alunas: Lorena Torres de Lemos e Marciele Vieira Ribeiro
Telefone para contato: (27) 3331- 8532
E-mail para contato: asiqueira@catolica-es.edu.br

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação acadêmica em serviço social. Esta tem como objetivo geral analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias no momento do bloqueio do Programa Bolsa Família, e os específicos, discutir e analisar as principais situações que ocasionam o bloqueio do Programa Bolsa Família dos municípios de Cariacica e Serra, dos usuários dos serviços da Central de Cadastro Único em Cariacica e do Centro de Referência e Assistência Social de Serra Dourada e identificar como as famílias se organizam para garantir a obtenção de renda durante o período de bloqueio.

Portanto, temos como objetivos desvendar o que leva a família beneficiária do Programa Bolsa Família a possuir o seu benefício retido, e como ela se mobiliza para manter os gastos.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos os quais serão registrados em documento pessoal das pesquisadoras. O material será destruído logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciadas, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato e poderá ser posteriormente publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

Você receberá uma cópia deste Termo onde constam os contatos do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

_____

Alaísa de Oliveira Siqueira (Pesquisador Responsável)

_____

Lorena Torres de Lemos (Estudante)

_____

Marciele Vieira Ribeiro (Estudante)

Consentimento do Participante

Eu,_____, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

_____

Assinatura do participante

ANEXO

ANEXO A

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Cadastro Único para Programas Sociais

Formulário principal de cadastramento

31.442 v003

INSTRUÇÕES GERAIS

ENTREVISTADOR, ESTEJA ATENTO PARA O QUE O CADÚNICO CONSIDERA COMO:

1º - **FAMÍLIA** - é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio.

2º - **RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF** - deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher.

3º - **MORADOR** - é a pessoa que:

- tem o domicílio como local habitual de residência e nele residia na data da entrevista, ou embora ausente na data da entrevista, tem o domicílio como residência habitual; e
- está internada ou abrigada em hospital, casa de saúde, asilo ou em outro estabelecimento similar por menos de 12 meses.

NÃO ESQUEÇA TAMBÉM QUE:

- as informações do Formulário do Cadastro Único devem ser fornecidas pelo **Responsável pela Unidade Familiar - RF**;
- o Responsável pela Unidade Familiar - RF deverá obrigatoriamente apresentar CPF ou Título de Eleitor no ato da entrevista;
- os outros componentes da família devem apresentar ao menos um documento de identificação civil (Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento e Registro Geral de Identificação - RG), ou qualquer outro documento de identificação da pessoa (CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social), indicados no Bloco 5;
- você deve coletar os dados de todos os componentes da família moradores do domicílio, independentemente da apresentação de algum documento de identificação. A entrevista para a pessoa que não apresentou documento deve ser feita normalmente, e os quesitos relativos à documentação devem ser deixados em branco. Apesar de o formulário ter sido preenchido, você deve avisar ao RF que o cadastramento só será concluído e a família incluída no CadÚnico quando todos os componentes da família apresentarem ao menos um dos documentos de identificação do Bloco 5;
- caso algum componente da família não possua documento por não ter sido registrado ou não ter a Certidão de Nascimento, o cadastramento poderá ser concluído e a família incluída no CadÚnico, mas a pessoa não será contada para o cálculo da renda *per capita* da família. Nestes casos, as pessoas sem Registro e/ou Certidão de Nascimento devem ser encaminhadas para o serviço de Registro Civil;
- no caso de POVOS INDÍGENAS e COMUNIDADES QUILOMBOLAS, segundo critérios definidos pelo MDS, o Responsável pela Unidade Familiar - RF pode ser cadastrado com a apresentação de qualquer documento de identificação (não necessariamente o CPF ou Título de Eleitor); e
- somente será atribuído o Número de Identificação Social - NIS às pessoas que apresentarem, pelo menos, um dos documentos de identificação do Bloco 5.

AO FAZER OS LANÇAMENTOS NO FORMULÁRIO:

- utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta;
- antes de efetuar o preenchimento, certifique-se de que a resposta está adequada às opções apresentadas pela pergunta;
- os quesitos hachurados não devem ser preenchidos;
- para o registro por meio da marcação de quadrícula, assinale com um X aquela que corresponda à resposta do entrevistado;
- para os registros numéricos, utilize algarismos arábicos (exemplo: 255) e faça o preenchimento começando da esquerda para a direita, deixando em branco as quadrículas que sobrarem;
- para os registros numéricos em Reais, o valor deve ser preenchido próximo à vírgula;
- para os registros alfabéticos:
  - faça o preenchimento da esquerda para a direita, em letras de imprensa maiúsculas, conforme o modelo apresentado no cabeçalho do formulário;
  - registre cada letra em uma única quadrícula, deixando uma em branco entre duas palavras;
  - as palavras podem ser cortadas ao mudar de linha, mas nunca poderá haver quadrícula em branco entre as letras de uma mesma palavra; mesmo que a separação silábica não siga as regras da língua portuguesa;
  - não utilize sinais de pontuação;
  - evite fazer abreviações; caso isso seja necessário, mantenha sempre a primeira e a última palavra, abreviando somente a(s) intermediária(s);
- ocorrendo marcação incorreta de uma quadrícula, anule-a com dois traços paralelos e proceda à marcação correta;
- caso, por qualquer motivo, ocorra erro no registro de letras ou algarismos, anule-os com dois traços paralelos e faça o registro correto imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso, por qualquer motivo, ocorra erro no registro de palavra, anule-a com dois traços paralelos e faça o registro da palavra correta imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso ocorra erro de preenchimento ou alguma situação que inviabilize o registro das informações nos Blocos 1, 2 e 3, anule com dois traços paralelos e registre as informações em outro Formulário Principal, na presença do entrevistado, e continue a entrevista. O formulário anulado deve ser entregue ao gestor municipal;
- não sendo possível efetuar a correção de um erro para uma pessoa - nos Blocos 4 a 8 - anule com dois traços paralelos todos os registros do bloco onde ocorreu o equívoco e continue a entrevista no espaço do formulário reservado à pessoa seguinte;
- caso isso não seja possível, utilize um Formulário Avulso de Identificação da Pessoa. Nesses casos, transcreva cuidadosamente todos os dados já coletados na presença do entrevistado.

31.442 v003

FORMULÁRIO PRINCIPAL

Bloco 1	Identificação e controle	Identificação do domicílio e da família
Bloco 2	Características do domicílio	
Bloco 3	Família	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 1ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 2ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 3ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 4ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 5ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 4	Identificação da pessoa	Identificação da 6ª pessoa
Bloco 5	Documentos	
Bloco 6	Pessoas com deficiência	
Bloco 7	Escolaridade	
Bloco 8	Trabalho e remuneração	
Bloco 9	Responsável pela Unidade Familiar - RF	Assinatura do RF
Bloco 10	Marcação livre para o município	Identificação de trabalho infantil

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Governo Federal
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Departamento do Cadastro Único

Formulário Principal de Cadastramento F1

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

1.01 - Código familiar	1.02 - UF	1.03 - Município	1.04 - Distrito	1.05 - Subdistrito	1.06 - Setor censitário

1.07 - Modalidade da operação
1 - Inclusão
2 - Alteração

1.08 - Forma de coleta de dados
1 - Sem visita domiciliar
2 - Com visita domiciliar

1.09 - Formulário(s) preenchido(s)
0 - Principal
1 - Avulso 1
2 - Avulso 2
3 - Suplementar(es) nº(s)

1.10 - Data da entrevista
Dia / Mês / 2 0 Ano

ENDEREÇO DA FAMÍLIA

1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)

Logradouro (tipo, título, nome)

1.12 - Tipo (rua, avenida, igarapé, etc.)

1.13 - Título (general, santa, pintor, etc.)

1.14 - Nome

1.15 - Número

1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)

1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)

1.18 - CEP -

1.19 - Unidade territorial local
a) Código
b) Descrição

1.20 - Referência para localização

ENTREVISTADOR

1.21 - Nome

1.22 - CPF do entrevistador -

Assinatura do entrevistador

1.23 - Observações

Assinatura do representante da prefeitura/órgão responsável pelo cadastramento

31.442 v003

3

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO
(Não preencher para famílias em situação de rua)

2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:
- 1 - Urbanas
- 2 - Rurais

2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?
- 1 - Particular permanente
- 2 - Particular improvisado
- 3 - Coletivo

Passe ao 3.01

2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?

2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?

2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?
- 1 - Terra
- 2 - Cimento
- 3 - Madeira aproveitada
- 4 - Madeira aparelhada
- 5 - Cerâmica, lajota ou pedra
- 6 - Carpete
- 7 - Outro material

2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?
- 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento
- 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento
- 3 - Madeira aparelhada
- 4 - Taipa revestida
- 5 - Taipa não-revestida
- 6 - Madeira aproveitada
- 7 - Palha
- 8 - Outro material

2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?
- 1 - Sim
- 2 - Não

2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?
- 1 - Rede geral de distribuição
- 2 - Poço ou nascente
- 3 - Cisterna
- 4 - Outra forma

2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?
- 1 - Sim
- 2 - Não ◀ Passe ao 2.11

2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?
- 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial
- 2 - Fossa séptica
- 3 - Fossa rudimentar
- 4 - Vala a céu aberto
- 5 - Direto para um rio, lago ou mar
- 6 - Outra forma

2.11 - O lixo do seu domicílio:
- 1 - É coletado diretamente
- 2 - É coletado indiretamente
- 3 - É queimado ou enterrado na propriedade
- 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)
- 5 - É jogado em rio, lago ou mar
- 6 - Tem outro destino

2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?
- 1 - Elétrica com medidor próprio
- 2 - Elétrica com medidor comunitário
- 3 - Elétrica sem medidor
- 4 - Óleo, querosene ou gás
- 5 - Vela
- 6 - Outra forma

2.13 - Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?
- 1 - Total
- 2 - Parcial
- 3 - Não existe

3 - FAMÍLIA
(Observe os conceitos de morador e de família na contracapa do formulário)

3.01 - A família é indígena?
- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 3.05

3.02 - A que povo indígena pertence a família?

3.03 - A família reside em terra ou reserva indígena?
- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 3.07

3.04 - Qual é o nome da terra ou reserva indígena?
- 2 - Não sabe

Passe ao 3.07

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

3.05 - A família é quilombola?

1 - Sim 2 - Não - **Passe ao 3.07**

3.06 - Qual é o nome da comunidade quilombola?

2 - Não sabe

3.07 - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua)

3.08 - Quantas famílias moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua)

3.09 - Há alguma pessoa dessa família que está internada ou abrigada em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais? (Não preencher para famílias em situação de rua)

1 - Criança(s) e adolescente(s) (de 0 a 17 anos) 0 - Não tem

2 - Jovem(ns) e adulto(s) (de 18 a 64 anos) 0 - Não tem

3 - Idoso(s) (de 65 anos ou mais) 0 - Não tem

LISTA DE COMPONENTES DA FAMÍLIA MORADORES DO DOMICÍLIO

- Sempre iniciar o preenchimento pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar
- Anote o primeiro nome de cada pessoa

Nº de ordem	Nome da pessoa	Nº de ordem	Nome da pessoa
1		7	
2		8	
3		9	
4		10	
5		11	
6		12	

3.10 - A família, normalmente, tem despesa mensal com:

1 - Energia elétrica ,00 0 - Não tem

2 - Água e esgoto ,00 0 - Não tem

3 - Gás, carvão e lenha ,00 0 - Não tem

4 - Alimentação, higiene e limpeza ,00 0 - Não tem

5 - Transporte ,00 0 - Não tem

6 - Aluguel ,00 0 - Não tem

7 - Medicamentos de uso regular ,00 0 - Não tem

3.11 - Nome e código do Estabelecimento de Assistência à Saúde - EAS/MS em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

b) Código

3.12 - Nome e código do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/CREAS) em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

b) Código

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: ☒

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento Dia ___ Mês ___ Ano ___

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe **Passe ao 4.15**

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

6

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 7.01**

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim
2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

1 - Sim, rede pública
2 - Sim, rede particular
3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01**
→ **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

1 - Sim - **Passe ao 7.06**
2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado
2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche
2 - Pré-escola (exceto CA)
→ **Encerre a entrevista dessa pessoa**
3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
6 - Ensino Fundamental especial
7 - Ensino Médio regular
8 - Ensino Médio especial
9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
12 - Alfabetização para adultos
13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
14 - Pré-vestibular
→ **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)
2 - Segundo(a)
3 - Terceiro(a)
4 - Quarto(a)
5 - Quinto(a)
6 - Sexto(a)
7 - Sétimo(a)
8 - Oitavo(a)
9 - Nono(a)
10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche
2 - Pré-escola (exceto CA)
3 - Classe de Alfabetização - CA
→ **Passe ao 8.01**
4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
7 - Ensino Fundamental Especial
8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
9 - Ensino Médio Especial
10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
15 - Nenhum
→ **Passe ao 8.01**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - Passe ao 8.03
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.05

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

__

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento Dia Mês Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 7.01**

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: ☒

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO** - F1

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

☐ 1 - Sim, rede pública
☐ 2 - Sim, rede particular
☐ 3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
☐ 4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01**
→ **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

☐ 1 - Sim - **Passe ao 7.06** ☐ 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

☐ 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

☐ 1 - Creche
☐ 2 - Pré-escola (exceto CA)
→ **Encerre a entrevista dessa pessoa**
☐ 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
☐ 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
☐ 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
☐ 6 - Ensino Fundamental especial
☐ 7 - Ensino Médio regular
☐ 8 - Ensino Médio especial
☐ 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
☐ 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
☐ 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
☐ 12 - Alfabetização para adultos
☐ 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
☐ 14 - Pré-vestibular
→ **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

☐ 1 - Primeiro(a) ☐ 3 - Terceiro(a) ☐ 5 - Quinto(a) ☐ 7 - Sétimo(a) ☐ 9 - Nono(a)
☐ 2 - Segundo(a) ☐ 4 - Quarto(a) ☐ 6 - Sexto(a) ☐ 8 - Oitavo(a) ☐ 10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

☐ 1 - Creche
☐ 2 - Pré-escola (exceto CA)
☐ 3 - Classe de Alfabetização - CA
→ **Passe ao 8.01**
☐ 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
☐ 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
☐ 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
☐ 7 - Ensino Fundamental Especial
☐ 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
☐ 9 - Ensino Médio Especial
☐ 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
☐ 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
☐ 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
☐ 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
☐ 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
☐ 15 - Nenhum
→ **Passe ao 8.01**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - Passe ao 8.03
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.05

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

__

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: ☒

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento Dia ___ Mês ___ Ano ___

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- 1 - Sim
- 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
- 2 - Sim, rede particular
- 3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
- 4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01** / → **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passe ao 7.06**
- 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

- 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- → **Encerre a entrevista dessa pessoa**
- 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
- 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
- 6 - Ensino Fundamental especial
- 7 - Ensino Médio regular
- 8 - Ensino Médio especial
- 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
- 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 12 - Alfabetização para adultos
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Pré-vestibular
- → **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- 3 - Classe de Alfabetização - CA
- → **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
- 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
- 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
- 7 - Ensino Fundamental Especial
- 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
- 9 - Ensino Médio Especial
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
- 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
- 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
- 15 - Nenhum
- → **Passe ao 8.01**

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11- (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - **Passe ao 8.03**
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.05**

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.09**

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

__

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento Dia Mês Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: ☒

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 7.01**

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO** - F1

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- 1 - Sim
- 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
- 2 - Sim, rede particular
- 3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
- 4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01** / → **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passe ao 7.06**
- 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

- 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- → **Encerre a entrevista dessa pessoa**
- 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
- 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
- 6 - Ensino Fundamental especial
- 7 - Ensino Médio regular
- 8 - Ensino Médio especial
- 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
- 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 12 - Alfabetização para adultos
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Pré-vestibular
- → **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- 3 - Classe de Alfabetização - CA
- → **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
- 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
- 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
- 7 - Ensino Fundamental Especial
- 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
- 9 - Ensino Médio Especial
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
- 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
- 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
- 15 - Nenhum
- → **Passe ao 8.01**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - **Passe ao 8.03**
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.05**

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.09**

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

__

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento
Dia ___ Mês ___ Ano ____

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- 1 - Sim
- 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
- 2 - Sim, rede particular
- 3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
- 4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01** / **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passe ao 7.06**
- 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

- 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- → **Encerre a entrevista dessa pessoa**
- 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
- 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
- 6 - Ensino Fundamental especial
- 7 - Ensino Médio regular
- 8 - Ensino Médio especial
- 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
- 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 12 - Alfabetização para adultos
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Pré-vestibular
- → **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- 3 - Classe de Alfabetização - CA
- → **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
- 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
- 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
- 7 - Ensino Fundamental Especial
- 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
- 9 - Ensino Médio Especial
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
- 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
- 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
- 15 - Nenhum
- → **Passe ao 8.01**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - **Passe ao 8.03**
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.05**

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - **Passe ao 8.09**

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

____

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: ☒

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo
- 1 - Masculino
- 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento
Dia ___ Mês ___ Ano ___

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF
- 2 - Cônjuge ou companheiro(a)
- 3 - Filho(a)
- 4 - Enteado(a)
- 5 - Neto(a) ou bisneto(a)
- 6 - Pai ou mãe
- 7 - Sogro(a)
- 8 - Irmão ou irmã
- 9 - Genro ou nora
- 10 - Outro parente
- 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça
- 1 - Branca
- 2 - Preta
- 3 - Amarela
- 4 - Parda
- 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe
- 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai
- 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?
- 1 - Neste município - **Passe ao 4.15**
- 2 - Em outro município
- 3 - Em outro país - **Passe ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?
- 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?
- 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento
- 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento
- 3 - Não → **Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3** / → **Se não tem RANI, passe ao 6.01**
- 4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro: Dia Mês Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número -

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 7.01**

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira ☐ 3 - Surdez severa/profunda ☐ 5 - Deficiência física ☐ 7 - Síndrome de *Down*

☐ 2 - Baixa visão ☐ 4 - Surdez leve/moderada ☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual ☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não ☐ 3 - Sim, de cuidador especializado ☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família ☐ 4 - Sim, de vizinho ☐ 6 - Sim, de outra forma

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- 1 - Sim
- 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
- 2 - Sim, rede particular
- 3 - Não, já frequentou - **Passe ao 7.09**
- 4 - Nunca frequentou → **Pessoa com 10 anos ou mais, passe ao 8.01** / **Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passe ao 7.06**
- 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

- 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)

→ **Encerre a entrevista dessa pessoa**

- 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passe ao 8.01**
- 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
- 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
- 6 - Ensino Fundamental especial
- 7 - Ensino Médio regular
- 8 - Ensino Médio especial
- 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
- 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 12 - Alfabetização para adultos
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Pré-vestibular

→ **Passe ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

- 1 - Creche
- 2 - Pré-escola (exceto CA)
- 3 - Classe de Alfabetização - CA

→ **Passe ao 8.01**

- 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
- 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries; Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau
- 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
- 7 - Ensino Fundamental Especial
- 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
- 9 - Ensino Médio Especial
- 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
- 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
- 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
- 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
- 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
- 15 - Nenhum

→ **Passe ao 8.01**

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)
- 2 - Segundo(a)
- 3 - Terceiro(a)
- 4 - Quarto(a)
- 5 - Quinto(a)
- 6 - Sexto(a)
- 7 - Sétimo(a)
- 8 - Oitavo(a)
- 9 - Nono(a)
- 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - Passe ao 8.03
- 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.05

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim
- 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- 2 - Trabalhador temporário em área rural
- 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada
- 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada
- 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
- 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
- 7 - Trabalhador não-remunerado
- 8 - Militar ou servidor público
- 9 - Empregador
- 10 - Estagiário
- 11 - Aprendiz

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

_____ ,00

- 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim
- 2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

__

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

_____ ,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

1 - Ajuda/doação regular de não morador	_____ ,00	0 - Não recebe
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	_____ ,00	0 - Não recebe
3 - Seguro-desemprego	_____ ,00	0 - Não recebe
4 - Pensão alimentícia	_____ ,00	0 - Não recebe
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	_____ ,00	0 - Não recebe

Formulário Principal de Cadastramento - **CADÚNICO - F1**

31.442 v003

Recebimento do comprovante de prestação de informações

Eu, _____,

afirmo que recebi o comprovante de prestação de informações deste formulário.

_____ Local

____/____/_____ Data

_____ Assinatura

COMPROVANTE DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Governo Federal
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Departamento do Cadastro Único

Formulário Principal de Cadastramento F1

Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até dois anos da data desta entrevista.

Nome

Identificação (CPF)

Identificação (Título de Eleitor)

Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar

Nome do município

Código familiar

Data da entrevista

Dia / Mês / Ano 2 0

Entrevistador

Identificação (CPF)

Modalidade da operação

☐ Inclusão

☐ Alteração

Telefone do órgão responsável

Assinatura do entrevistador

CAIXA Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

31.442 v003

31

31.442 v003

Reclamações e Sugestões
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)
caixa.gov.br